

24 horas
CINQUENTENÁRIO

**Governo de Angola
nas mãos de Portugal**

COMUNICADO DO GOVERNO ANGOLANO SOBRE A SITUAÇÃO DA GUERRA CIVIL EM ANGOLA. O GOVERNO ANGOLANO, constituído pelo povo angolano, não reconhece a existência de um governo em Portugal que se pretenda representar a Angola.

**Varela Gomes
em Angola**

COMUNICADO DO GOVERNO ANGOLANO SOBRE A VISITA DO SENHOR VARELA GOMES A ANGOLA. O SENHOR VARELA GOMES, antigo ministro da Defesa Nacional, não é reconhecido pelo povo angolano.

**Ferreira de Sousa
impedido de entrar
no E.M.E.**

COMUNICADO DO GOVERNO ANGOLANO SOBRE A VISITA DO SENHOR FERREIRA DE SOUSA A ANGOLA. O SENHOR FERREIRA DE SOUSA, antigo ministro da Defesa Nacional, não é reconhecido pelo povo angolano.

**Evacuados de Timor
regressam a Portugal**

COMUNICADO DO GOVERNO ANGOLANO SOBRE A REGRESSÃO DE ALGUNS EVACUADOS DE TIMOR-LÊSTE PARA PORTUGAL. O GOVERNO ANGOLANO não reconhece a existência de um governo em Portugal que se pretenda representar a Timor-Lêste.

**Assembleia geral
do Sindicato dos Jornalistas**

COMUNICADO DO SINDICATO DOS JORNALISTAS DE PORTUGAL SOBRE A ASSEMBLEIA GERAL. O SINDICATO DOS JORNALISTAS DE PORTUGAL, constituído pelos jornalistas portugueses, não reconhece a existência de um governo em Portugal que se pretenda representar a Portugal.

Expresso

DIRETOR FRANCISCO PINHO GALEMADO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO CARLOS MACHADO RIBEIRO DE SOUSA

Rua S. João de Paris, 57 2.º D.º
1000 LISBOA - 1.º TEL. 3.5000

Nove e Copcon: complementares e não antagonicos

A SINDICALIZAÇÃO DE 10 000 trabalhadores portugueses, realizada em 1974, não representa um ponto de partida para a criação de um novo modelo de organização sindical, segundo o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas e Comércio, Nove, António de Almeida. O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas e Comércio, Nove, António de Almeida, afirmou que a sindicalização de 10 000 trabalhadores portugueses, realizada em 1974, não representa um ponto de partida para a criação de um novo modelo de organização sindical. Segundo Almeida, a sindicalização de 10 000 trabalhadores portugueses, realizada em 1974, não representa um ponto de partida para a criação de um novo modelo de organização sindical.

Segundo Almeida, a sindicalização de 10 000 trabalhadores portugueses, realizada em 1974, não representa um ponto de partida para a criação de um novo modelo de organização sindical. Segundo Almeida, a sindicalização de 10 000 trabalhadores portugueses, realizada em 1974, não representa um ponto de partida para a criação de um novo modelo de organização sindical.

Segundo Almeida, a sindicalização de 10 000 trabalhadores portugueses, realizada em 1974, não representa um ponto de partida para a criação de um novo modelo de organização sindical. Segundo Almeida, a sindicalização de 10 000 trabalhadores portugueses, realizada em 1974, não representa um ponto de partida para a criação de um novo modelo de organização sindical.

Segundo Almeida, a sindicalização de 10 000 trabalhadores portugueses, realizada em 1974, não representa um ponto de partida para a criação de um novo modelo de organização sindical. Segundo Almeida, a sindicalização de 10 000 trabalhadores portugueses, realizada em 1974, não representa um ponto de partida para a criação de um novo modelo de organização sindical.

Chegarão a Portugal em 3 meses 300 mil angolanos

Um milhão de angolanos já se encontram em Portugal, segundo o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas e Comércio, Nove, António de Almeida. Segundo Almeida, um milhão de angolanos já se encontram em Portugal, segundo o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas e Comércio, Nove, António de Almeida.

Um milhão de angolanos já se encontram em Portugal, segundo o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas e Comércio, Nove, António de Almeida. Segundo Almeida, um milhão de angolanos já se encontram em Portugal, segundo o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas e Comércio, Nove, António de Almeida.

Um milhão de angolanos já se encontram em Portugal, segundo o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas e Comércio, Nove, António de Almeida. Segundo Almeida, um milhão de angolanos já se encontram em Portugal, segundo o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas e Comércio, Nove, António de Almeida.

Um milhão de angolanos já se encontram em Portugal, segundo o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas e Comércio, Nove, António de Almeida. Segundo Almeida, um milhão de angolanos já se encontram em Portugal, segundo o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas e Comércio, Nove, António de Almeida.



Alastra a crise nos jornais nacionalizados, RTP e EN

A crise nos jornais nacionalizados, RTP e EN, alastra-se cada vez mais, segundo fontes próximas do governo. Segundo fontes próximas do governo, a crise nos jornais nacionalizados, RTP e EN, alastra-se cada vez mais.

A crise nos jornais nacionalizados, RTP e EN, alastra-se cada vez mais, segundo fontes próximas do governo. Segundo fontes próximas do governo, a crise nos jornais nacionalizados, RTP e EN, alastra-se cada vez mais.

A crise nos jornais nacionalizados, RTP e EN, alastra-se cada vez mais, segundo fontes próximas do governo. Segundo fontes próximas do governo, a crise nos jornais nacionalizados, RTP e EN, alastra-se cada vez mais.

A crise nos jornais nacionalizados, RTP e EN, alastra-se cada vez mais, segundo fontes próximas do governo. Segundo fontes próximas do governo, a crise nos jornais nacionalizados, RTP e EN, alastra-se cada vez mais.

A crise nos jornais nacionalizados, RTP e EN, alastra-se cada vez mais, segundo fontes próximas do governo. Segundo fontes próximas do governo, a crise nos jornais nacionalizados, RTP e EN, alastra-se cada vez mais.

A crise nos jornais nacionalizados, RTP e EN, alastra-se cada vez mais, segundo fontes próximas do governo. Segundo fontes próximas do governo, a crise nos jornais nacionalizados, RTP e EN, alastra-se cada vez mais.

**Perpétuas
político-militares
em torno do**

“documentos”

Documento dos

De um Governo para morrer cedo ao regresso do PCP a unidade anti-fascista

O grande cisma (?) na Intersindical

A Espanha na hora dos capitães

Giscard e Mobutu contemplam Cabinda

Socialização do cinema português: Distribuição estatal, produção e jornal de actualidades

A socialização do cinema português, através da distribuição estatal, produção e jornal de actualidades, é o objectivo principal do plano de cinema português. Segundo fontes próximas do governo, a socialização do cinema português, através da distribuição estatal, produção e jornal de actualidades, é o objectivo principal do plano de cinema português.

A socialização do cinema português, através da distribuição estatal, produção e jornal de actualidades, é o objectivo principal do plano de cinema português. Segundo fontes próximas do governo, a socialização do cinema português, através da distribuição estatal, produção e jornal de actualidades, é o objectivo principal do plano de cinema português.

A socialização do cinema português, através da distribuição estatal, produção e jornal de actualidades, é o objectivo principal do plano de cinema português. Segundo fontes próximas do governo, a socialização do cinema português, através da distribuição estatal, produção e jornal de actualidades, é o objectivo principal do plano de cinema português.

A socialização do cinema português, através da distribuição estatal, produção e jornal de actualidades, é o objectivo principal do plano de cinema português. Segundo fontes próximas do governo, a socialização do cinema português, através da distribuição estatal, produção e jornal de actualidades, é o objectivo principal do plano de cinema português.

OMEGA
TIME COMPUTER

Além de relógio um cronómetro no mesmo display, indicador das horas, minutos, segundos, mês e dia.

24 horas

em directo

Governo de Angola nas mãos de Portugal

O GOVERNO PORTUGUES assumiu ontem o controlo total de todos os poderes administrativos em Angola até à independência, segundo afirmou o Alto-Comissário em exercício General Ferreira de Macedo.

Tal atitude deve-se, segundo o Alto-Comissário, "ao colapso total do Governo de Transição" daquele território.

Varela Gomes em Angola

O CORONEL Varela Gomes, afastado da 5.ª Divisão (ver pag. 2 e 3) por haver revelado falta de imparcialidade no desempenho do seu múnus, foi ontem mobilizado para Angola, de acordo com fontes bem informadas.

Consta-nos também que, na mesma altura foram mobilizados outros oficiais, alguns deles a prestar serviço na mesma 5.ª Divisão.

Ferreira de Sousa impedido de entrar no E.M.E.

O CAPITÃO Ferreira de Sousa, há dias acusado de parcialidade partidária em favor do PCP na reunião da Arma de Infantaria em Maifra foi agora impedido pelo general Fabião de entrar no Estado Maior do Exército, sob a acusação de ter montado um sistema tipo pídico dentro do Estado Maior.

Evacuados de Timor regressam a Portugal

SEGUNDO fontes geralmente bem informadas está prevista a chegada para amanhã, às 6 h e 45m, ao aeroporto da Portela, dum voo fretado pela TAP à QUANTAS transportando cerca de 250 familiares de militares e civis evacuados recentemente de Timor por via marítima para a Austrália.

Assembleia geral do Sindicato dos Jornalistas

A NOVA Direcção democraticamente eleita para o Sindicato Nacional dos Jornalistas, na aplicação prática da linha "Por um Jornalismo ao Serviço do Povo" convocou para a próxima segunda-feira, às 14 horas, na Casa da Imprensa, uma Assembleia Geral com a seguinte ordem de trabalhos:

1 — Informação; 2 — tomada de posição urgente face ao chamado "projecto Jesuino"; Uclaração do estado de crise na Imprensa nacionalizada; consequências; e posição a assumir.

Posteriormente a esta decisão tomada em reunião de Direcção deu entrada na Secretaria do Sindicato um abaixo-assinado encabeçado por Rodrigues da Silva (membro da lista A derrotada nas últimas eleições) e subscrito por mais cinquenta jornalistas. O texto do abaixo assinado é semelhante à proposta da Direcção.

Nove e Copcon: complementares e não antagónicos

A ASSEMBLEIA do Q. G. votou, ontem, por aclamação a reintegração no Conselho da Revolução dos oficiais suspensos, decisão que Otelo Saraiva de Carvalho comunicará ainda hoje ao Presidente da República. Entretanto têm-se notado transferências de materiais da Quinta Divisão para a sede do ex-Movimento Nacional Feminino, segundo fontes dignas de crédito, facto que se tem prestado a várias interpretações. Há quem relacione tal com a anunciada reestruturação da 5.ª Divisão, o que nos parece destituído de fundamento. Também correm rumores, não confirmados, de possíveis tentativas de golpe que poderiam vir da direita ou da esquerda, para obrigar a um endurecimento da situação. Não serão alheias a estas vozes determinadas mensagens emitidas, em código, através da rádio amadora, referentes ao fim da semana.

Tudo leva a crer que o fim do 5.º Governo Provisório esteja muito próximo, sobretudo se atendermos ao que transpareceu da reunião havida antontem dos comandantes militares com Otelo Saraiva de Carvalho e em que participou o capitão Vasco Lourenço. Vasco Lourenço ao abandonar o Quartel General, local da reunião, conduzia o automóvel em que seguia, sorridente, Otelo Saraiva de Carvalho. Dali seguiram para uma reunião que se havia de prolongar até altas horas da madrugada e que foi reiniciada, ontem, da parte da tarde. O entendimento entre as duas facções parece, à hora a que estamos a escrever bastante provável, pois as divergências do "Documento dos Nove", com o "Documento do Copcon", teriam sido atenuadas pelo projecto político que aqueles estão a ultimar e já assente nas suas linhas gerais. Um dos maiores pontos de fricção era constituído pelo problema do Poder Popular que o "Documento dos Nove" inicialmente não costinhou em letra de forma, mas também não excluía, sabendo nós que é contemplado no projecto político que Otelo Saraiva de Carvalho, juntamente com Vasco Lourenço e respectivos acompanhantes tiveram ocasião de discutir durante horas seguidas.

Na tarde de antontem, na madrugada e tarde de ontem.

O "Documento dos Nove" que caíra como uma pedrada no jogo cupulista de algumas facções preponderantes fez ainda mais barulho por aparecer abertamente a contestar Vasco Gonçalves, já largamente contestado ao nível de alguns partidos e de largas carraças do povo, precisamente nas vésperas da sua tomada de posse. Se tem aparecido uns dias antes, como teve ocasião de se exprimir o Presidente da República, segundo nos disseram fontes fidedignas, em muito teria ajudado o Chefe do Estado que, agora, se encontra, perante uma indecisão, dificilmente compreensível, dados os apoios que o "Documento dos Nove" recebeu não apenas das unidades militares e para-militares, como do povo em geral, do Norte ao Sul do País.

Na terça-feira, dia marcado para, a reunião dos comandantes militares com Otelo Saraiva de Carvalho, apareceu um outro documento — "Autocrítica Revolucionária do Copcon e Proposta de Trabalho Para Um Programa Político" — já elaborado há mais de um mês. Este documento que avança propostas novas, quer pelo tom quer pelas vozes fidedignas que até nós chegaram, foi redigido com o concurso de oficiais afectos ao PRP-BR e também UDP, como aliás já foi divulgado por outros órgãos de imprensa. Para além do conteúdo do mesmo, uma dificuldade que forçosamente iria surgir no decurso da reunião era o facto de os homens próximos do PRP-BR, Conselhos Revolucionários e UDP, apoiarem Vasco Gonçalves quando os "Nove" se mostram intramugrantes quanto à figura do primeiro-ministro. O documento do Copcon foi imediatamente alvo de grande expectativa e os jornais controlados pelo PCP e satélites, bem como a rádio que lhes é obediente começaram a divulgá-lo com ênfase, quando antes haviam calado o dos nove, apenas apresentado as críticas que contra o mesmo eram feitas. Já não deve, a estas horas, haver recato do país onde não seja conhecida. O próprio gabinete do Primeiro-Ministro colaborou na sua difusão, aconselhando vivamente "jornalis-

tas estrangeiras que por ali passavam e não só a sobre ele reflectirem.

Costa Gomes queria com bons olhos que Vasco Gonçalves apresentasse a respectiva demissão, mas parece que não há quem o consiga levar a tal. Aliás teria, anteriormente, o primeiro ministro rejeitado uma discussão franca e alargada entre as duas linhas de orientação política, agora em polémica aberta.

Na reunião havida no quartel general empenharam-se alguns oficiais, nomeadamente o capitão Luz, do Forte da Armada e dos Conselhos Revolucionários, e o major Tomé da PM, em defenderem a contrariedade entre os dois documentos, conseguido ao que parece Vasco Lourenço fazer vingar a ideia da complementariedade.

Para Vasco Lourenço, em representação dos Nove, era preciso que ficasse claro que o documento que assinara apenas tinha um sentido tático, de demarcação em relação ao PCP, assumindo o apertadismo do MFA, apertadismo que o Partido de Cunhal reduziu a zero. Igualmente foi denunciada a sua hegemonia conquistada através de métodos de teor vertical. Todos os que apoiavam esta ideia deveriam, pois, na argumentação de Vasco Lourenço, apoiar o documento dos Nove, pois outro não era o seu sentido. Não representava o documento uma alternativa a uma linha de poder popular mas contá-la, como em breve poderia vir a público no projecto político dos NOVE. Parece ter ficado claro que se tratava, numa primeira fase, de denunciar o "assalto" do PCP ao aparelho de Estado, bem como o assalto aos restantes centros de poder dele dimanantes e numa segunda fase definir a divisão dos poderes e o enquadramento do poder popular. Visto o documento a esta luz, logo apareceu claro que era numa colaboração entre os autores das duas propostas que se deveria tentar encontrar a linha de acção a seguir.

Paralelamente à reunião que decorria em S. Sebastião da Pedreira verificou-se, na manhã de quarta-feira, um encontro de Mário Soares com o Presidente da República, encontro que se prolongou por duas horas. O Presidente da República teria um triplo objectivo ao convocar o secretário-geral do Partido Socialista. ~~As duas missões que teve Costa Gomes~~ de que o documento dos nove reunia o consenso do Esférico, mas não da Força Aérea, nem da Marinha, o que revela, sem dúvida, uma deficiente informação do Chefe de Estado, pois as votações demonstram o contrário. Resta acrescentar que também a PSP e a GNR, com os respectivos comandos, votaram a favor dos NOVE.

Em segundo lugar, o Presidente Costa Gomes, ao falar deste 5.º Governo informou que ele se destinava a resolver três problemas

principais: Açores, Angola, e crise económica. Por último insistiu Costa Gomes com Mário Soares para que desconvocasse a manifestação servista para ontem.

No referente ao "Documento dos Nove", Soares teria dito que as informações em seu poder não correspondiam às do General Costa Gomes; quanto às tarefas do governo não o considerava capaz de cumprir tão ambicioso projecto. No que respeita à manifestação, Mário Soares teria informado Costa Gomes que considerava necessária a sua realização.

A tarde, os Nove foram recebidos pelo Presidente da República, que ontem, tarabete se avistou com Alvaro Cunhal.

O Presidente Costa Gomes que, nos seus repetidos discursos, quer em Portugal quer no estrangeiro, se empenhou em fazer respeitar uma democracia pluralista, que naturalmente exclui o controle do PCP, vê-se, neste momento a braços com sérias dificuldades, até pelas relações de íntima amizade que o ligam a Vasco Gonçalves. De um lado, Vasco Gonçalves, do outro as fortes raízes contra a presença do actual Primeiro Ministro no Governo. Aliás, no referente a Costa Gomes, conta que o Presidente da República em caso de renúncia de Vasco Gonçalves em abandonar o posto, estaria resolvido a dar-lhe a mão e não a demitir-lo.

Os primeiros partidos a pronunciarem-se a favor do documento do Copcon foram o PRP e a UDP. Quanto a Otelo Saraiva de Carvalho muito se tem especulado sobre o seu posicionamento. Parece certo, no entanto, que Otelo, depois de haver meditado sobre os dois textos não os julgou de tal maneira antagonísticos que se não pudessem chegar a um entendimento. Representou aqui, como já dissemos, papel de relevo o capitão Vasco Lourenço. Por outro lado, além de considerações de ordem estritamente ideológica, pode pesar na apreciação do Comandante do Copcon o facto das unidades operacionais se haverem pronunciado em grande massa pelo "Documento dos Nove". Tal situação, que, ademais, os operacionais do norte, centro e sul do país, em contactos com as populações cujo sentir conhecem, é um argumento válido para obrigar Otelo Saraiva de Carvalho, homem de tendências democráticas e que se por mais de uma vez fez provas de humildade revolucionária ao fazer auto-crítica, a pensar duas vezes antes de agir, podendo assim influenciar o hesitante Costa Gomes. Isto mesmo sem pensar em termos de operacionalidade, que é o que quem diz de armas. Um comandante, em regime de democracia nas unidades, com as unidades a decidirem diversamente é inconcebível. Neste contexto, torna-se Otelo Saraiva de Carvalho o homem chave no seio do trisevirato.

5.º G. P.: De um Governo para morrer cedo ao regresso do P. C. P. à unidade “antifascista”

O AGRAVAMENTO da situação em Angola, o agudizar da crise governativa, o alastramento da onda de violência contra alguns partidos políticos (sobretudo o PCP, o MDP/CDE, o MES, e a FSP), e finalmente, a divulgação do “Documento dos 9” tiveram óbvias consequências na alteração do xadrez político português.

As consequências a nível das instâncias militares são examinadas nas páginas 2 e 3, como já sucedeu na semana passada.

Vale a pena apreciar as consequências verificadas na posição e comportamento dos diversos partidos políticos, dentro e fora da Assembleia Constituinte.

A primeira característica deste período de 15 dias foi a viragem tendencial de vector externo do PCP.

Dizemos vector externo porque o que esteve verdadeiramente em causa foi a actuação exterior daquele Partido, sendo cedo para saber em que medida ela corresponde a uma efectiva inflexão estratégica.

Antes, contudo, de entrarmos na análise da atitude dos partidos políticos, examinemos, sinteticamente os factores dominantes da conjuntura.

Balcânicação angolana

A deterioração da situação político-militar em Angola (com uma crescente balcanização do conflito) corresponde, de facto, à existência de uma guerra civil. Nesta medida, o envolvimento das FA portuguesas tem exigido o envio de companhias de paraquedistas e comandos, e, claro, tem reforçado o peso destas como factor de pressão. Relembre-se a recente atitude dos comandos no aeroporto de Luanda, aquando da tentativa de saneamento do coronel Jaime Neves.

Mas o retorno, acelerado pela ponte aérea, dos portugueses de Angola é outro vector de crise.

Chegou mesmo a constar que a 5.ª Divisão do EMGFA, estudava o problema da sua reintegração em Portugal. Depois, uma das primeiras decisões do 5.º Governo Provisório foi a criação do Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (I. A. R. N.).

E, em reacção da Comissão de Descolonização, foi apreciada a proposta de Almeida Santos da contração de um

empréstimo para fazer face à situação socioeconómica da esmagadora (e numerosa) maioria dos regressados.

Simplemente, os sintomas já verificados da actuação dos refugiados de Angola prenunciam um crescendo de aspereza na sua atitude política.

A reunião do Pavilhão dos Desportos e, depois, a manifestação até S. Bento, bem como o anúncio para o próximo dia 20 parecem revelar que, apesar de ainda só serem escassos milhares, os angolanos recém-chegados tencionam politizar as suas reivindicações. A recordação dos anos 58 a 63 ou 64 em França, com a imigração da Argélia, e o apogeu da OAS é, em certos aspectos, de ter presente.

Sobretudo se pensarmos que o governo gaullista, reunia então o consenso maioritário do centro e da direita francesa (despeltando a sua potencial adesão à OAS), o que obviamente não pode suceder num processo revolucionário, como o nosso, apoiado originariamente pelo centro-esquerda e a esquerda.

Aliás, conforme diz Maurice Duverger em

França a implicação dos argelinos na actividade da OAS não teve nunca grande base popular, apesar do número (800 000 repatriados), já que apenas uma minoria se mostrou sensível aos argumentos de extrema-direita.

Já no domínio das repercussões económicas, os efeitos da reintegração laboral de largas centenas de milhares de franceses condicionou o Plano de Estabilização proposto pelo então ministro Giscard d'Estaing em 1963.

Na situação de desemprego generalizado que é a nossa, o engrossar do reservatório de mão de obra disponível vem criar graves problemas sociais, mesmo no plano micro-analítico: recorde-se, por exemplo, a hostilidade manifesta ou velada que tem marcado as relações entre funcionalismo bancário retornado das ex-colónias e o que trabalhava nas mesmas instituições em Portugal; recorde-se, também exemplificativamente, as relações entre os controladores aéreos vindos de Moçambique e de Angola e os operantes por cá.

Um governo para morrer cedo

Empossado em soturna cerimónia (a fazer lembrar a posse do último Governo caetanista), o 5.º Governo Provisório tem reunido com frequência, mas ainda não se encontra sequer totalmente constituído. De facto, os secretários e os subsecretários de Estado não foram, em muitos dos ministérios, ainda nomeados. O caso de Duarte Vidal, indigitado para secretário de Estado no Ministério da Justiça, é mesmo até agora único.

Também neste pormenor se aproxima este governo da formação do último caetanista, que saiu, primeiro, só com o elenco ministerial, e, dois ou três dias depois, lhe acrescentou a lista dos restantes membros do Governo. Num como noutro caso, as dificuldades na constituição foram notórias. (veja-se a necessidade de baralhar e dar de novo algumas cartas já conhecidas, apenas mudando os departamentos).

Aliás, compete ao vice-primeiro-ministro, Arnão Metelo, a incumbência de encontrar vultos ministeriaes. Espera-se que esta tarefa não seja rodeada de tantas vicissitudes que volte a suceder o que aconteceu com o início do 5.º Governo Provisório: na própria manhã da posse foram conhecidos nomes de ministros, o que deverá ter justificado o facto de o Secretário-Geral da Presidência da república, ao ter referido, em certos casos os nomes respectivos. Foi para o próprio general Otelo Saraiva de Carvalho — membro do Directório, perante o qual responde o governo — uma certa surpresa o elenco ministerial que não conhecia na sua totalidade.

As deliberações tomadas até agora pelo Conselho de Ministros correspondem, em larga medida, à aprovação de diplomas preparados pelo Governo anterior, e anunciados mesmo antes da sua tomada de posse. (vg. nacionalizações e declarações do estado de crise no sector da imprensa nacionalizada).

Três objectivos para mês e meio

Se encararmos os três objectivos que, aparentemente, o Presidente Costa Gomes reserva a este governo de "passagem", teremos: resolução da situação nos Açores; superação do conflito angolano; medidas para debelar a crise económica. Tudo isto para ser encaminhado em um mês e meio a dois meses, tal parece ser o prazo comunicado pelo Presidente Costa Gomes a várias instâncias como sendo o que profetiza para a vida do 5.º Governo.

Quanto à situação nos Açores, o Conselho de Ministros criou uma Junta Administrativa, presidida por um Governador Militar, e composta por seis vogais, e com competência em matéria económica, de equipamentos, de trabalho, de assuntos sociais e de educação e cultura. Não se sabe ainda qual o critério de designação dos titulares deste órgão, mas a sua própria natureza anunciada deverá suscitar reacções negativas nos Açores. De facto, a própria Assembleia Constituinte, ao debater o problema dos estatutos para os Açores e Madeira, aprovou que eles devero ser político-administrativos e não só meramente administrativos.

Ora a criação de uma Junta Administrativa, e não de uma Junta Governativa,



Vasco Gonçalves:

"Um Governo com três super-objectivos e dois meses de vida?"

como chegou a estar anunciado, fica aquém do intento de dotar os Açores de autonomia político-administrativa, e corresponde às ideias defendidas na Constituinte pelo P.C.P., e que foram derrotadas pela votação do P.P.D., P.S. e C.D.S. — sabendo-se que os dois primeiros obtiveram mais de 80% da votação naquele arquipélago.

Quanto a Angola, além da criação do Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais de que já falámos, nenhuma outra deliberação efectiva se conhece para minorar a situação político-militar verificada naquele território. Pelo contrário, a chamada a Belém no dia da reunião da Comissão de Descolonização dos ex-ministros Melo

Antunes e Almeida Santos parece demonstrar que muito dificilmente se poderá prescindir do seu papel essencial como negociadores do Acordo do Alvor, e acompanhantes qualificados da sua execução inicial.

Finalmente, em matéria de crise económica, não foram ainda reveladas em pormenor as medidas de austeridade, nem as linhas gerais da nova política de rendimentos. Foi anunciada a emissão de um empréstimo interno no valor de cinco milhões de contos, que surge no momento em que os levantamentos de depósitos bancários-designadamente de emigrantes vindos a Portugal — atingem valores muito elevados, a situação

das instituições de crédito estatal mais sólida apresenta preocupações (assim a Caixa Geral de Depósitos desde Julho aumentou de massa a moeda em circulação, processa a ritmo vertiginoso, através das emissões de papel-moeda pelo Banco de Portugal).

Neste contexto, admirará que apenas o MDP/CDE (o único partido com um dirigente no governo dito partidário) tenha rejubilado a sua formação e em em actividade. O P.C.P. se limitou a um curto comunicado, tando que as vicissitudes impunham a natureza peculiar do novo Governo mas não ignorando as restrições.

Violência

A irrupção de novos actos de violência prosseguiu a onda de destruições de sedes de Partidos e as ameaças físicas a militantes de alguns dos partidos progressistas, sobretudo no Norte e Centro do país. Estas ameaças são de tal ordem que muitos dos principais dirigentes locais ou membros notórios do

P.C.P. que não são funcionários do Partido, em várias regiões do país pediram licenças ilimitadas ou entraram mais rapidamente de férias.

Na última semana, avultaram, entre outros os acontecimentos de Braga e Viseu. Os primeiros na sequência de uma manifestação de católicos, suscitada ou alimentada pela hierarquia, os segundos

depois de uma manifestação de apoio ao documento dos 9. Em Braga, as sedes do P.C.P., M.D.P./C.D.E. e Intersindical foram assaltadas saqueadas, acusando o P.C.P. as forças militares e para-militares de Braga de "indiferença cúmplice inqualificável". No todo o número de feridos ultrapassou as 4 dezenas. Em Viseu, o assalto às sedes do PCP, MDP/CDE, MES, FSP, PUP, FEC-ML, gerou

um morto e vários feridos. Além destas, várias sedes partidárias (no MDP/CDE em particular) foram objecto de assaltos, saqueadas e queixas do PCP e vamente às autoridades militares repetiram-se.

É neste contexto que se soma a repercussão política do Documento de que o PCP aparece a redefinir a sua linha externa.

O PCP regressa à unidade antifascista

Assim, reunido em Alhandra, o Comité Central do PCP examinou a crise política actual e as tarefas do Partido dela decorrentes.

A própria indicação ostensiva do local da reunião e a escolha de Alhandra tem o seu claro significado político. Alhandra foi sempre um dos baluartes de resistência do PCP, durante a clandestinidade. Reunidos em Alhandra, o Comité Central do PCP recordou o seu desejo, de continuar a luta do Partido, num período grave da conjuntura nacional.

No documento divulgado no final da reunião avultam vários pontos de particular dimensão estratégica (ou pelo menos táctica):

— apoio à cooperação de

forças progressistas, na linha do apelo de Alvaro Cunhal em Évora, sem discriminação "à esquerda ou à direita" (conforme o secretário-geral do PCP declarou aos jornalistas).

Este apelo à reconstituição de uma frente antifascista afloraria ainda de documentos como o próprio discurso de Alvaro Cunhal à reunião do Comité Central ("É necessário distinguir entre as forças reacçãoárias fascistas e fascizantes que constituem o inimigo principal e cujo objectivo é a instauração de uma nova ditadura, e as forças hesitantes acerca do processo revolucionário e do caminho para o socialismo").

Temos aqui o principal

elemento novo na posição do PCP: — reafirmação insistente do respeito pela PCP dos direitos e liberdades fundamentais, citando explicitamente a liberdade de imprensa e a de formação e actividade dos partidos políticos.

Alvaro Cunhal chegaria a criticar a censura estatal sobre a Informação.

Surge, assim, posto o acento tónico em questões às quais ultimamente o PCP pouco se tinha referi-

do: — análise das crises política, económica, militar e do processo descolonização, que envolve a política internacional sobre a situação presente da sociedade portuguesa. Neste contexto também há inovações, se verificam claramente imputáveis aos meses de Abril de 1974, em forma genérica e especificada.



Octávio Pato e Álvaro Cunhal: "Da unidade antipartidos burgueses à unidade antifascista"



Mário Soares: "Ganhou a batalha interna da Comissão Nacional"

Lopes Cardoso: A sua esquerda que ficou, mais unida."

O PCP a preparar alternativas?

Reconhecimento de que embora a constituição do 5.º Governo Provisório tenha sido um "passo positivo para a solução da crise do poder", no entanto não resolve todos os seus aspectos.

Neste domínio, Alvaro Cunhal foi mais longe na sua comunicação, declarando, designadamente: "Uma melhor clarificação da situação interna no MFA teria sido desejável antes da formação do novo Governo, como garantia para a sua eficiência"...
 "...Como já afirmámos, a nosso ver, a solução encontrada não exclui possibilidades de recomposições, reajustamentos e reconsiderações que possam aumentar a eficiência do Governo e alargar a sua base de apoio social e política. "A formação do novo Governo do general Vasco Gonçalves, embora respondendo a uma necessidade inadiável e constituindo um importante passo para a resolução da crise, não pode só por si resolver todos os seus aspectos.

Fica de pé, tal como

antes, o problema geral do poder político no seu conjunto. A crise persistirá e tenderá a agravar-se rapidamente se não forem reforçados e se não se tornarem verdadeiramente operativas as estruturas de direcção do MFA, e o MFA no seu conjunto como movimento progressista revolucionário".

Muitos observadores políticos consideraram estas passagens como o princípio de um possível fim do apoio incondicional e exclusivo do P.C.P. a Vasco Gonçalves, abrindo a porta a outras alternativas.

Segundo esses observadores de resto a persistência — que a muitos parecia suicida — na cartada de Vasco Gonçalves poderá ter tido por causa a ausência efectiva de uma alternativa real plausível para o PCP.

Na Constituinte, o PCP tem mantido uma presença discreta, tendendo a ser muito rara a comparação de Octávio Pato — para alguns o líder da linha "berlingueriana", enquanto para outros Pires Jorge e Aboim Inglês são nomes com particular relevância, para além de Alvaro Cunhal.

O PS manifesta-se apesar de Costa Gomes

Em contraponto ao PCP, o PS reuniu no Porto a sua Comissão Nacional. Dela saiu o reforço da posição do Secretário-Geral e do Secretariado. Também foram suspensos de funções directivas seis signatários do documento de socialistas dissidentes, divulgado com grande relevo pelo "Diário de Notícias".

O grau dos ataques do PS ao Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves foi subindo durante a semana, em que, a convite de Mário Soares, visitava Portugal o Primeiro-Ministro dinamarquês.

Assim, na terça-feira, na Constituinte, o PS apresentou uma moção de congratulações e apoio ao "Documento dos 9" e outra de pesar pela sanção de suspensão que lhes foi aplicada pelo Directório.

A Assembleia Constituinte, apenas com dois votos contra o do deputado da UDP e o do deputado do PCP membro da Mesa) aprovou ambos os votos.

Na 4.ª feira à tarde, Vasco da Gama Fernandes fez um balanço crítico da conjuntura terminando por lembrar ao Presidente Costa Gomes que ele, pela sua posição poderia ser "o cozeiro da Nação". Surpreendeu os observadores o

facto de a posição do Presidente da República ser já posta em causa, pelo PS, devido à sua clara "cobertura política" do Primeiro-Ministro.

Já surpreendeu menos a declaração depois de se ter sabido do tom frio (quase ríspido) de um encontro Costa Gomes-Mário Soares, havido nesse dia, de manhã.

Ai o Chefe de Estado tinha defendido o 5.º Governo Provisório, e pedido ao PS que cancelasse a sua manifestação convocada para ontem. Mário Soares não acedeu ao pedido de desmobilização.

No seu todo, o PS persiste na sua oposição frontal ao novo Governo, não tendo ainda respondido ao apelo do PCP.

Em Evora, o PS realizou uma manifestação de apoio a Pezarat Correia, pela subscrição do Documento dos 9, que é, para aquele Partido, a única Plataforma possível de definição de um Governo unitário de Salvação Nacional. O facto de Pedro Coelho, da ala esquerda do PS ter falado em Evora, tal como Lopes Cardoso e António Reis o tinham feito na Constituinte, todos eles claramente a favor do Documento dos 9, permite concluir que, salvo os elementos demissionários (um dos quais — António Rodrigues — renunciou ao mandato, depois de sair do PS), a coesão interna se acentua na generalidade dos dirigentes do Partido.



Emílio Guerreiro: "Porquê o silêncio da Comissão Política Nacional?"



Galvão de Melo: "O que faz falar Galvão de Melo?"



Jorge Sampaio: "De tanto jogar, não desagradarão a gregos e troianos?"



Arnaldo Matos: "Não marcharemos a reboque da burguesia nacional!"

PPD: O silêncio da Comissão Nacional

Assim, como o PS se manifestou em Évora, também o PPD exteriorizou o seu apoio ao Documento dos 9 em Viseu, marcando lugar de relevo na manifestação apresentada como partidária. Não obstante não ter havido comunicado da Comissão Política Nacional (emudecida há mais de um mês) Mota Pinto, presidente do Grupo Parlamentar, fez, na Constituinte, uma declaração formal de apoio na generalidade ao Documento.

Também Costa Andrade, que criticou violentamente os comunicados da 5.ª Divisão do EMGFA, e Marcelo Rebelo de Sousa que falou da conjuntura

política e dos apelos do PCP, manifestaram o seu apoio pessoal ao Documento como já o tinha feito, na semana passada, Moura Guedes.

Emílio Guerreiro regressado de França, presidiu, entretanto, a diversos comícios, tendo criticado com muita dureza o 5.º Governo Provisório.

Na estrutura interna do Partido não são visíveis dados novos significativos, embora certos comentadores anotem a subida de Mota Pinto, e um certo desaparecimento de Sá Borges da cena política, desde a sua ida à última reunião do 4.º Governo com Vasco Gonçalves (reunião em que foi o único ex-membro do Governo dos dois partidos cessantes presente).

Entretanto, Coelho dos Santos pediu a sua demissão de Secretário Geral Adjunto invocando razões de saúde.

O que faz falar Galvão de Melo

O CDS teve na actuação parlamentar de Galvão de Melo, no passado dia 13, o seu facto mais saliente durante a semana última. É certo que, Galvão de Melo se candidatou rotulado de "independente". De qualquer modo, integrou-se na lista do CDS, e com o respectivo Grupo Parlamentar se tem reunido.

Quebrando um silêncio de quase 3 meses, Galvão de Melo usou da palavra duas vezes no mesmo dia:

— uma para comentar a situação política actual (que caracterizou pela "incompetência", o "medo" e o "ódio"), e para qualificar de "traidores" os que distorceram as promessas do 25 de Abril de 1974; a outra intervenção visou requerer a investigação oficial da eventual inclusão de Américo Duarte, deputado

da UDP no elenco dos informadores da ex-PIDE-DGS.

O primeiro discurso foi curto e muito violento, todo ele virado para o apelo à "coragem" e à "altivez" do povo português para reagir perante os que considerou "traidores".

Uma análise atenta das palavras de Galvão de Melo revelará que o seu teor pode significar:

— a convicção de ter chegado já o momento oportuno (e seguro) para falar;

— o desejo de denúncia global dos actuais responsáveis pelo poder, sem especificações ou ressalvas; — a compreensão, implícita, que manifestou por "sinais" que apelidou de "coragem" do povo português.

Este discurso, proferido neste momento, aparece como que a legitimar, não

um condutor de uma das linhas revolucionárias, mas um potencial candidato a líder da direita portuguesa para a eventualidade de um futuro post-Revolução.

A acusação feita (ou melhor insinuada) ao deputado da UDP, pode, por seu turno, visar dois objectivos possíveis:

— relembrar aos mais esquecidos um trunfo dissuasor: a disponibilidade de documentos que podem comprometer elementos dos diversos quadrantes políticos (a começar na esquerda revolucionária), documentos coevos da sua passagem pela C. Extinção da ex-PIDE-DGS.

— atacar a UDP, em gesto de resposta às sucessivas interpelações de Américo Duarte, muitas vezes duras.

Galvão de Melo inscreveu-se ainda para falar a uma terceira vez — no período da Ordem do Dia. Iria fazer — ao que parece — um violento ataque ao PCP.

Mas, depois de uma curta reunião do Grupo Parlamentar do CDS, aquele deputado prescindiu da palavra, inscrevendo-se para a próxima terça-feira.

A casca de laranja?

Apoiantes entusiásticos do chamado Documento do COPCON, mais correctamente identificado por

Documento de meia dúzia, de oficiais do COPCON, UDP, e PRP-BR pareceram jogar nele (e em Otelos?) tendo em vista uma saída de esquerda revolucionária para o actual "impasse" político.

Em boa verdade, se este apoio (e no caso do PRP-BR até inspiração) visava uma "terceira via", alguns observadores apontavam a sua relativamente fácil "recuperação" pelo PCP, enquanto outros mostravam a sua não oposição directa ao Documento Melo Antunes.

De qualquer maneira, essa jogada coincidiu com a convocatória maciça de militantes da UDP às suas sedes, e com um ligeiro acréscimo da actividade externa do PRP-BR (vg. comícios).

Enquanto isto sucedia, o MRPP continuava a analisar a conjuntura, e a inserir elementos em listas sindicais, curiosamente de coligação com PS e outros, e votadas em vários casos a um crescente êxito.

Falta neste conspecto partidário uma palavra sobre os ex-MES — sobre as suas angústias oscilantes, repartidos entre a vocação de serem partido, e falta de espaço político (ou de oportunidade) de o serem.

Por quanto tempo poderão continuar no balaço da História sem saltarem para um qualquer lugar firme?

PS exige demissão de V. Gonçalves

CONVOCADAS pelo Partido Socialista, realizaram-se, ontem, em Lisboa e no Porto, manifestações que tinham por objectivo exigir a demissão do Primeiro-Ministro, general Vasco Gonçalves, bem como apoiar o "Documento dos nove". A manifestação de Lisboa, que partiu do Rossio com destino a Belem integrou muitos milhares de pessoas.

Em Portimão, o PS realizou idêntica manifestação subordinada aos mesmos objectivos.

O PPD também promoveu na noite de ontem um comício que levou ao Pavilhão dos Desportos de Cascais cerca de 4 mil pessoas. Entre os oradores figuraram, para além do Secretário-Geral Emílio Guerreiro, Marcelo Rebelo de Sousa, Moura Guedes e Moita Pinto. Denominador comum das intervenções: o apelo a Costa Gomes cujas responsabilidades históricas no momento actual foram salientadas. Palavra de ordem mais ouvida: "Fora ao Vasco."

Emílio Guerreiro apelou para a mobilização dos militantes do seu partido em todo o País denunciando uma ofensiva no sentido de afastar imediatamente o actual Governo provisório. Convidou também o actual ministro da Comunicação Social, Correia Jesuino, a juntar-se, no Brasil, a Américo Tomás e Marcelo Caetano.

A Dinamizadora da Armada Vitor Alves e Mário Murteira

DE ACORDO com a análise do "Documento dos Nove" feita pelo Centro de Dinamização e Esclarecimento da Armada, publicado ontem pelo semanário "O Jornal", o Major Vitor Alves, signatário daquele documento, teria afirmado ao Diário de Notícias (entrevista de 9 do corrente) que "não existem condições para a implementação do socialismo em Portugal".

Pedindo a Vitor Alves para esclarecer a acusação que lhe é feita pelo Centro de Dinamização da Armada, disse-nos que o que declarou e veio publicado no D.N. foi "...citando Mário Murteira..." (referência ao livro por este publicado dias antes do 25 de Abril de 1974 e a que o EXPRESSO se refere na pág. 15 desta edição, pelo que a afirmação não é sua mas sim do conhecido economista e actual ministro.

"Documento dos 9" no Regimento da PM

DURANTE uma reunião havida no Regimento da P.M. para análise e discussão da actual situação político-militar, foi lido o "documento dos nove", que até aí havia sido proibido de circular na unidade. Fimada a leitura do texto, um grupo de militares, enviou uma moção para a mesa (ver pag. 3) denunciando os conflitos entre as diversas facções ("nove", COPCON etc.) como lutas da burguesia. A moção foi votada pela maioria das quatro centenas de militares presentes. Aproveitando esta moção, a mesa considerou que o "documento dos nove" estava ultrapassado e havia que passar à discussão do documento dos oficiais do COPCON, como de facto aconteceu e viria a ser votado o apoio a este texto quando apenas estavam presentes duas a três centenas de militares, numa Unidade que tem mais de 2000. No "Documento dos 9", que repudiaram, reconheceram o mérito ao denunciar a tendência do controle feito pelo PCP.

Fim de semana de opções

ATRAVESSAMOS o ponto mais alto da grave crise política aberta pela queda do IV Governo Provisório. Como seria de esperar, essa crise não se atenuou pelo simples facto da tomada de posse do V Governo Provisório. Antes pelo contrário. A própria definição de "governo de passagem" que dele foi feita pelo Presidente da República acentuou o seu carácter precário, a sua vida limitada no tempo, os seus objectivos reduzidos à mera adopção de medidas pontuais de alcance conjuntural.

Portanto, a crise continua

O Documento dos 9 veio polarizar uma larga adesão de membros do MFA, e abrir um debate indispensável acerca das perspectivas para o futuro da revolução. Nesse debate, um contributo mais — embora mais limitado no seu eco do que aquele documento — foi representado pela Proposta de Trabalho subscrita por alguns oficiais do COPCON.

Em torno destes dois documentos, cuja convergência na análise da presente situação portuguesa é em muitos casos patente, se concentraram as atenções e as preocupações de inúmeros membros do MFA.

Os pontos comuns a ambas as análises correspondem a problemas particularmente graves, que, a não serem resolvidos atempadamente, criarão um terreno propício às actuações de pendor contra-revolucionário. Esses problemas vão do agravamento da situação em Angola, ao conflito agora aberto em Timor, e ao automatismo açorianano, da deterioração da situação económica ao "controlismo" exclusivista de sectores fundamentais do aparelho de Estado por certos partidos, como o PCP. Não se ignora a existência de divergências entre os 2 Documentos, designadamente em matéria de "Poder Popular".

Mas, o facto de a reunião realizada no Quartel General da Região Militar de Lisboa ter permitido um largo consenso das forças revolucionárias do MFA acerca das principais tarefas do momento presente, pode significar que a Revolução encontrou um novo sítio, de que poderia sair uma solução superadora das violentas críticas dirigidas à actual equipa dirigente, e sobretudo ao Primeiro Ministro e ao V Governo Provisório.

Reencontrada a direcção da Revolução, reforçada a unidade nos verdadeiros revolucionários da primeira hora do 25 de Abril, a tarefa seguinte será a de encontrar formas concretas e naturais de reforçar a ligação entre o MFA e a sua base social de apoio.

Para tanto, a simples formação de uma nova equipa dirigente já constituí-la um factor positivo no desanuiamento das relações MFA-POVO. Cumpriria depois consagrar medidas de emergência, nos planos económico, social e político, que abrissem caminho para a resolução dos factores de crise entre nós existentes. Nesse contexto, a nova linha orientadora deveria ter sempre presente as formas de organização política de base, que completam o papel fundamental dos partidos políticos no caminho para o socialismo. Neste longo fim de semana, que poderá vir a constituir um passo decisivo em frente no sentido dos ideais revolucionários, a expectativa dos portugueses está suspensa da coragem com que o MFA assumia a sua própria autocrítica e reencontra a sua missão histórica delineada a 25 de Abril de 1974.

ANDRADE, *A. Flores*

FALA-SE esta semana — não podia deixar de falar-se — do rumo da revolução portuguesa. «Está a chegar ao fim» diz VITOR DA CUNHA REGO, colaborador já conhecido dos leitores destas páginas, que viveu estes anos todos de fascismo no Brasil, veio para Portugal militar no PS quando irrompeu o 25 de Abril... e por cá está, A. FLOR DE ANDRADE é um militante do PS que também já nestas páginas tinha colaborado antes da queda de Marcelo. Fala-se também da Igreja — tema igualmente actual, nesta altura em que a Igreja institucional, antigamente tão ~~social~~ temporal, tão apolítica, se descobre de repente vocação de mobilizadora de massas. Dela fala J. L. GONÇALVES, católico ~~de~~ charmeiras, que a vê de dentro e de fora, ao mesmo tempo.

“Será defeito do Povo”?

A. Flores Andrade

MELO ANTUNES foi um homem que requereu a sua candidatura a deputado pela CDE em 1969. Isto que, retrospectivamente, tem um significado já em si muito importante, é ainda mais significativo se se atentar em que Melo Antunes era capitão do exército. Claro que a sua candidatura foi recusada e Melo Antunes alvo de inúmeras arbitrariedades por parte dos chefes militares e políticos de então, as quais o levaram a tentar abandonar a carreira militar — o que lhe foi recusado sistematicamente, de certo porque, integrado nas fileiras, o vigariam mais eficazmente.

Melo Antunes não desistiu: socialista de sólida formação humana, cultural e intelectual, antifascista determinado e consequente, prosseguiu a luta que desde há muito vinha travando — o derrube da ditadura em

Portugal e a transformação da sociedade portuguesa no caminho do socialismo. E vêmo-lo como um dos artífices e ideólogos do 25 de Abril de 1974. O próprio Otelo Saraiva de Carvalho (leia-se nas páginas deste mesmo jornal) disse ser Melo Antunes o único militar dotado de verdadeira consciência política de entre os «capitães do Movimento». Descontando o exagero que o general habitualmente imprime às suas declarações, não deixa de ser significativamente abonatório do que atrás se diz, esta sua afirmação.

Foi-se o tal 25 de Abril há menos de ano e meio, e já o mesmo Otelo Saraiva de Carvalho é conivente ao processo que tenta marginalizar o Major Melo Antunes e outros homens esclarecidos (e com provas dadas!) do MFA, demitindo-os do Conselho da Revolução e procurando extrair-lhes de uma posição activa

na vida política nacional! Será que voltámos aos processos de 1969? Ou, então, o que se passa?

Genericamente, o programa do MFA era, em 25 de Abril de 1974, o propósito de devolver a liberdade ao povo português, derrubada a ditadura que o oprimia. Posteriormente, escolheu uma via socializante, para, finalmente, se declarar abertamente socialista. Consideramos tal evolução — para além de desejável (sob o nosso ponto de vista pessoal) — como o resultado coerente de uma análise correcta da realidade portuguesa em todos os seus aspectos. Mas o assumir dessa posição programática haveria de conduzir, necessariamente, a divisões dentro do MFA: pois não sabemos que há diversas interpretações de «socialismo» e, sobretudo, quanto às formas (libertárias ou ditatoriais) para se atingir essa forma de organização da

sociedade? Ora, seria impossível que tais divergências não tivessem eco no seio do MFA e que elas se não tornassem graves (e decisivas) quando se tratasse de pôr em marcha o processo que, irreversivelmente, conduza Portugal ao socialismo. Com efeito, a partir da opção socialista do MFA, o apartidarismo entre as suas fileiras não era mais possível (se é que alguma vez o foi)!

E que deve fazer um oficial, nove oficiais, centenas de oficiais, para quem a liberdade de um povo na construção do socialismo é factor essencial desse processo, quando assistem à radicalização dos centros de poder no seu próprio Movimento (Assembleia do MFA, Conselho da Revolução, Primeiro Ministro, Quinta Divisão), cada vez mais falando uma linguagem e agindo em conotação com par-

tidos para os quais a via para o socialismo é a ditadura? Cruzarem os braços, escondendo assim uma falsa univocidade dentro do MFA, cujas divergências internas já ninguém ignorava? Assistem impávidos à possível implantação de uma nova ditadura em Portugal? Contemplam tranquilamente a degradação da economia e do clima social do seu país, sendo coniventes, com o seu silêncio, nessa (muito provável) tragédia?

Não. A elaboração do chamado «Documento Melo Antunes», a sua assinatura por membros do Conselho da Revolução, a sua entrega ao Presidente da República e aos seus camaradas de armas, para conhecimento e adesão, e a sua divulgação ao país, foi o mínimo que alguém do 25 de Abril, e defensor dos ideais da democracia, da liberdade e do socialismo, deveria ter feito! Por respeito para con-

sigo próprio e, sobretudo, por respeito para com o povo português!

Pois o agradecimento de quem vai mandando neste país, foi o que todos sabemos e atrás apontámos: esses oficiais foram afastados dos centros de decisão política, marginalizados, abafados como vozes incómodas, pois cometeram a «heresia» de dizer a verdade ao povo e aos seus camaradas mais afastados dos centros de decisão.

Em 1969 (descontando a FIDE) ter-lhes-ia acontecido exactamente o mesmo. O que é trágico. Inclusive tendo em conta que o povo está, até onde lhe foi possível manifestar-se, com os ideais que esses militares defendem.

Isto é: o povo português está uma vez mais na oposição a quem governa. Será déficite do povo?

RÊGO, Victor Cunha

Repetindo o óbvio

Victor Cunha Rêgo

O ACTUAL governo é mais importante do que parece: poderá liquidar os últimos pontos de equilíbrio económico que ainda restam para um projecto democrático neste país.

Se o conseguir — e da equipa ministerial exige-se apenas fidelidade — surgirá o Estado-De-Sentido-Único que parece ser a obra-prima dos detentores do poder, o Leviatã que arrancará aos partidos políticos democráticos as últimas veleidades de independência.

A estratégia de certos grupos está prestes a alcançar os objectivos a que se propôs: roubar à democracia política a maioria das suas bases (não há democracia no integralismo estatal) e limitar drasticamente os espaços das alianças entre o poder militar e o poder civil reduzindo este a escassos grupos sociais dentro da máquina do Estado. Seria, assim, social-fascismo ou fascismo social, ditadura deste ou daquele extremo, sem hora nem vez para a democracia.

O PCP é o herdeiro mais notável do ultimatismo bolchevique dos anos 20. Os seus actos são provas inarredáveis da natureza glacial da burocracia totalitária e da sua versão mais jacobina: o estalinismo.

Disso apercebem-se, agora, muitos militares cuja inexperiência política permitiu que as coisas fossem onde foram. Surge, assim, um MFA perplexo e seriamente ferido cuja única condição de revitalização, a curto prazo, consistiria em rápida supremacia da «linha Meo Antunes» sobre os sectores ultramontanos cuja acção (vide caso do MCS) agudiza contradições. Será possível essa supremacia no prazo indispensável? Governar o país, no estado em que este já se encontra, respeitando as liberdades públicas (incluindo o imprescindível respeito pelo PCP) exigiria uma resposta afirmativa nas próximas semanas.

Só uma vasta e rápida aliança entre o MFA, a Igreja (força institucionalizada) e os grandes partidos políticos (ainda não institucionalizados mas já representativos) poderia salvar o projecto democrático que os detentores do poder destroem a cada passo que passa com o concurso da extrema-esquerda.

Neste momento, embora em dificuldade, o grupo social e ideológico que conduz o país domina o aparelho de Estado e uma facção militar. Isso chega para conter o poder civil e militar opo-

sicionistas mas não chegará para evitar o desastre se o povo continuar a reagir.

Tudo indica que assim será, que teremos um Thermidor e, nessa altura, o país representado por um Estado-De-Sentido-Único, ressuscitaria o seu Richefeu-Salazar. Portugal não será a Indonésia mas não é, por certo, Cuba. Leia-se Malheiro Dias. E pense-se no que sucedeu da República de Weimar à Grécia actual ao longo de décadas de terríveis fracassos do modelo que nos pretendem impor.

Na sua análise glacial da vida portuguesa os revolucionários profissionais (incluindo os estrangeiros especializados em ajudar o circo a pegar fogo) acharam que a partir do 11 de Março — terrível intencionalista de esquerda — a «revolução» atingiria o «point of no return». Estávamos, como é hábito, equivocados. O que se tornou irreversível neste país a 26 de Abril não foi a guerra social, como aliás percebeu a direita cujos porta-vozes não se mostraram demasiado abalados com os resultados da intencionalista.

É essa guerra social que está em curso e o bacalhau a pataco que se avizinha apenas adiará

o ajuste de contas e ajudará à reedição da República do Carregado dentro de cujas muralhas também já se esboça o fantasma do estodos contra todos.

A revolução portuguesa está, talvez, chegando ao fim. Para um mundo que já percebe ser o leninismo-stalinista apenas um terrorismo contraposto à morbidez capitalista, Portugal foi uma esperança mas, graças a um punhado de ousados e firmes golpistas e a muitos inocentes úteis, caminhamos para um desastre — com a sobrevivência dos sectores mais podres da burguesia lusitana — a que o drama angolano virá emprestar contornos cruéis.

Não é por acaso que já pouco se fala nas stercerias vias, a qual, para realizar-se num país europeu e católico, seria de constar com a neutralidade da Igreja. E se o golpismo não passar — como muita coisa indica que não passará — mas aguentar o actual governo, só restará, depois, o populismo entrenchado na tal República do Carregado cujo futuro também não seria brilhante.

Há uma esperança, ainda, de evitar o pior. Há a necessidade latente de certo reformismo por parte da Igreja, há a coragem

tomada de posição do Documento dos 9 com amplo apoio entre os militares, há a difícil mas ponderável institucionalização dos maiores partidos políticos, onde avulta o prestígio interno e externo de Mário Soares. É uma corrida contra o tempo.

A questão é essa e só essa. Todos os modelos importados e propagandados por certos boletins são inadapáveis e só servem, objectivamente, ao aumento de contradições que dão lugar a antagonismos desastrosos.

O modelo cubano é mitológico. Em 1959 era a monocultura, um Estado incipiente e já em frangalhos, nenhum hábito de consumo fora da capital e anos de guerrilhas em que se tinham formado milhares de quadros. O modelo peruano é o oposto da gnese do MFA. Requer forças armadas coesas, hierarquizadas, nenhum atrito com o PC local (o que significa um «low profile» deste último) e, sobretudo, mais de metade do território de floresta, mais de metade da população índia, sem, também, qualquer espécie de hábitos de consumo.

Nem Cuba nem o Peru tinham emigrantes em mercados de trabalho sofisticados a poucas horas de Havana ou Lima.

O modelo argelino requeria — como se esqueceram os nossos teóricos do ex-MES — uma religião de Estado, a inexistência de um forte partido comunista e, também, inexistência de hábitos de consumo.

Portugal é católico, fez há séculos a sua reforma agrária em quase um terço do território, adquiriu hábitos de consumo e, sobretudo, tem a grande parte da sua juventude trabalhadora — base de qualquer imposição proletária vitoriosa — fora do país e integrada no Mercado Comum Europeu em áreas de amplo desenvolvimento.

As únicas vias revolucionárias em Portugal resumem-se a uma aliança entre os partidos comunista e socialista (em que o pri-

meiro teria de aceitar a democracia política e uma longa fase transitória em que não impusesse qualquer tom triunfalista) ou à adopção, pelo MFA, de um modelo de acção política socialista e nacionalista, nitidamente divorciada de todos os partidos políticos a começar pelo PCP cujo aparelho é hegemónico por excelência.

A aliança entre o PCP e o PS estava gorada à partida pelo antagonismo das respectivas concepções de liberdades públicas. Só um profundo recuo do PCP poderia recompô-la.

Quanto ao modelo MFA tipo FRELIMO (digamos assim) nem país que não tem índios mascando cola e conta com uma apreciável pequena burguesia só vingaria se não tivessem existido infiltrações partidárias e se resistisse, com rigor inextinguível, a disciplina e a hierarquia da corporação.

Por tudo isto só resta aos portugueses o modelo autoritário ou o modelo democrático das sociedades europeias, seja o autoritarismo social fascista ou fascista propriamente dito, seja o modelo democrático liberal ou socializante. Já dissemos quanto estes, a cada dia que passa depois da formação do actual governo, perdem terreno em favor daqueles.

Quanto ao projecto de um MFA nacionalista e socialista revolucionário (único capaz de motivar um MFA civil), ele só seria, ou será, possível, depois de longo e penoso reajustamento ao centro de poder militar ou seja da reavaliação dos objectivos nacionais dentro dos quartéis e se o processo de descolonização (negligenciado criminosamente pela infiltração nas caeiras e pelo egoísmo feraz dos grupos sociais metropolitanos) fuisse levado a cabo contra Deus e contra o Diabo, vale dizer contra a direita e contra a esquerda de filiações imperialistas.

Tudo isto é óbvio. Mas por vezes é preciso repeti-lo.

GONÇALVES

A Igreja caiu na tentação das alianças tácticas

J. L. Gonçalves

QUEA. TENHA acompanhado a vida da Igreja em Portugal, desde que, em 25 de Abril de 1974, as Forças Armadas depuseram o regime fascista e se comprometeram a instaurar uma sociedade democrática não pode deixar de reconhecer o desfasamento e contradição existentes, entre aquilo que seria de esperar da sua missão e aquilo que, no dia a dia, ela tem dito ou não dito, feito ou omitido, provocado, contestado e apoiado.

Para quantos, no interior, há muito se vinham batendo por uma Igreja que passasse a sua acção pelos ditames do Evangelho, e, por esse facto, foram, em muitos casos, marginalizados e acusados de fazer o jogo do inimigo, nada de original ou de novo veio trazer o procedimento da hierarquia portuguesa, que se não esgota a constituição numérica ou funcional da Igreja, se apresenta como o seu sinal mais determinante e representativo. Se alguma coisa de novo há, é a decepção provocada em muitos que, pensando a sociedade em termos globais, esperam que uma alteração política leve necessariamente a uma transformação nas estruturas e no processo dum Igreja, que foi um dos aliados e pilares mais poderosos do regime deposto.

A praxis destes dezasseis meses é reveladora de que a Igreja portuguesa, no seu conjunto, tem sido incapaz de incarnar o processo histórico e fazer uma leitura correcta dos acontecimentos, o que prova, à partida, que o problema fundamental é um problema de pessoas suas, marcadas por atomismos culturais, políticos e outros, se têm revelado menos aptas a assumir, em termos críticos, mas dinâmicos e constructivos, os apelos da hora presente.

Se disto restassem dúvidas ou se ainda permanecesse no espírito de alguns a tênue esperança de que tudo era uma questão de tempo... ai está à vista o desenredo, ai está palpável a prova, novas manifestações que a pretexto dum apoio ao episcopado português — se começaram a realizar nesta e naquela diocese, numa obediência inequívoca a um plano traçado, cujas alíneas futuras desconhecemos mas asseguramos existir.

Alianças tácticas

Se à Igreja se pede e se exige que seja fiel à sua missão, não se lhe pode que, de olhos fechados e na alienação do passado, aceite e consagre o processo revolucionário em curso. Este é obra de homens falíveis e limitados, o que supõe que as suas realizações, ainda as mais revolucionárias, estejam marcadas de erros, talvez profundos, e de imperfeições. Mas o que se pede e se exige é que a Igreja e, mais concretamente, os bispos deixem de utilizar, na sua acção, as armas políticas que, por norma, manejam mal e para o que sempre se socorrem de alianças tácticas, cuja cor está patente aos olhos do mais imparcial observador.

Alguma coisa ou muitas coisas correm mal numa Igreja quando ela, desprezando os meios de acção que são inerentes ao seu papel redentor, se dispõe a usar formas e fórmulas que a equiparam a mera força política, a ponto de ser «temida» não porque a Igreja (comunidade de crentes na dinâmica da história, de que Jesus Cristo é o centro) mas porque é um factor colectivo do desencadear de alianças políticas conservadoras, apostadas em oposição ao avanço dum processo de trans-

formação social e política, como é o nosso caso. E correm mal, porque se sucumbiu à tentação de «medir forças» e sobretudo de acolher no seu campo minorias ou maiorias que, mais uma vez, se serviram da Igreja para levar a cabo os seus intentos políticos, e, no caso, contra-revolucionários.

Agindo politicamente e politicamente traçando planos de afrontamento, é claro que, na vaga desencadeada — como sucede em toda a actividade política — não há lugar nem para a justiça das proporções, nem para a justiça nos actos, como seria de esperar de quem se diz detentora e portadora dum verdade que salva e liberta. E assim, ali a temos: a Igreja, com os seus bispos à frente, de mãos dadas com os saudosos do passado, convocando e não apenas aceitando (acabe-se com a mentira!) manifestações de massa, a que o povo acorre na ignorância dos propósitos subjacentes e apenas impedido por uma religiosidade toda, alimentada dum anti-comunismo barato e dum alienante e invertido sentimento de fidelidade a valores e reivindicações altamente contestáveis.

Ridículo (e esta é a adjectivação mais respeitadora e menos dura) esse espectáculo de multidões de «católicos», acorrendos a pretensões que nem vagamente compreendem, empunhando cartazes e gritando slogans, ao ritmo comandado por padres com megafones, donde sai todo o estertor angustiado de quem ingloriosamente se bate numa cruzada que não esconde o medo do risco e o terror de perder posições adquiridas.

Apio a quê?

Apio ao episcado! Mas apoio a quê e porquê? Seria importante que a pergunta fosse feita a esse povo anónimo e simples do Norte e Centro do País que engrossa as fileiras de manifestações históricas, que, como no caso de Braga, redundaram em actos de violência e de pilhagem. Importante e pertinente a questão, para ver-se que, uma vez mais se brincou com a simplicidade dos simples, com a ignorância dos pobres e com a generosidade dos indefesos.

Se o povo descobrisse quem eram realmente os interessados nesse género de coisas... e quem eram os aliados táticos dessa Igreja que os arrasta... certos estamos de que a sua repulsa seria total, pois se trata, nem mais nem menos daqueles que, incoformados com a viragem, espreitam todas as oportunidades para, sem escrúpulos, se lançarem na provocação e na desordem.

O que se apoia não é o episcopado. O episcopado não passa duma noção vaga de personalidades distantes e autoritárias, que a prudência capiosa de Roma mantém nos seus postos, também por razões táticas e não por desconhecer a incapacidade desconcertante dos que, à frente das dioceses, mal se apercebem da ruína que vão causando em muitas consciências e em muitos espíritos.

O que se apoia — inconscientemente para a maioria — é essa visão distorcida da Igreja que se quer aparelho eclesiástico e pou-

co mais, e sem quaisquer explicações, pedagógicas e livremente formuladas, faz acusações e se apresenta vítima de atentados bem evitáveis, se o bom senso e sobriedade o sentido evangélico da vida tivessem prevalecido desde a primeira hora.

O que se apoia é toda uma surda maquinação de alianças comprometedoras e inevitáveis, quando a opção não foi evangélica porque não foi nem pelos mais pobres nem no sentido de recriar o que estava morto e de alimentar o que estava fraco.

O que se apoia — isso sim! — é o mórbido receio de que alguma ou muita coisa mude neste país, necessitado de coragem e de luz; essa forma egoísta de encerrar o social, geradora de mesquinhas atitudes que se inspiram num individualismo pagão a que tudo se sacrifica.

Se amanhã o processo revolucionário português baquear... com que mão se apresentará a Igreja portuguesa no tribunal da história? Se amanhã, os esforços de renovação dum povo sincero se afigurarem vãos, de que lado se vai apresentar a Igreja? São perguntas a que o futuro irá responder, a que os sententidosos poderão desde agora tentar uma resposta... Entretanto, uma coisa é certa: nas sombras gigantes das dessas manifestações de massa, se vai erguendo o dedo acusatório duma Igreja que não salvou porque se contentou em ser e continuou a ser uma força meramente política.

O ARBITRO DO TRIUNVIRATO



Unidade anti-fascista proposta no comício do PCP



O PAVILHÃO dos Desportos encheu-se por completo para o comício ontem realizado pelo Partido Comunista Português. "A mais grave crise política desde o 25 de Abril" foi o tema central das intervenções, incidindo sobre "a estratégia da contra-revolução", nela incluindo a vaga de assaltos e saques que em diversos pontos do país têm atingido centros de trabalho do PC e outras organizações de esquerda. Mas este aspecto não foi considerado o mais grave da crise que o processo político português atravessa. Com efeito, as contradições geradas à volta da questão do poder político e as divisões no seio do MFA foram apresentadas como os factores mais preocupantes do momento actual. As "responsabilidades históricas" dos dirigentes do PS na actual ofensiva contra-revolucionária foram violentamente denunciadas, ao mesmo tempo que se propôs uma ampla aliança entre as forças de esquerda (à excepção do MRPP) contra o avanço do fascismo. No entanto, o documento dos 9 e outros aspectos concretos da actual crise não foram especificamente abordados.

Dia do emigrante: Um significativo fracasso

"HA QUEM tenha espalhado no meio dos emigrantes o espantilho de que cases bens (se serão retirados) poderia estar certos de que os votos haveria ser-lhe intrinsecamente defendidos na "vassa posoa" — afirmaria o Ministro Costa Martins na festa do dia do emigrante levada a efeito Domingo passado, no Estádio Primeiro de Maio, em Lisboa.

Alguns observadores viram nesta festa um fracasso, quer pela escassa participação popular (alguns milhares de pessoas, mas sem todas emigrantes), que contrastava com a realidade presente no mesmo dia do ano passado, quer pelos numerosos emigrantes que abandonaram a festa a meio.

A contribuir para este fracasso, estaria o carácter partidário atribuído aos promotores da festa e aos organismos que a apoiavam. De facto, esquecendo mesmo algumas palavras de ordem gritadas em Lisboa, no dia do Emigrante, facilmente identificáveis com o PCP, haverá que ter em conta outros factores: as organizações ali presentes (5ª Divisão e Intermunicipal) e, ainda, o próprio representante do Governo, major Costa Martins, frequentemente acusado de ser afecto à linha MDP/CDE-PCP. O teor dos próprios discursos, com uma referência directa, por exemplo, ao 19 de Julho como "vitória contra a reacção", denotava um claro cunho partidário.

Para já pode-se pôr a questão, aliás já colocada por outros jornais, da representatividade desta realização relativamente ao "grosso" dos emigrantes portugueses.

Talvez a resposta a esta questão explique o pouco entusiasmo que rodeou a última festa do Dia do Emigrante.

É de notar que a festa viria inicialmente marcada para o Norte do país (Porto), onde se situam maiores áreas de emigração. No entanto, mais tarde, a Comissão Consultiva dos Trabalhadores Portugueses Emigrados em França, organizadora da festa do emigrante, torna público um comunicado em que anuncia a mudança dos festejos para Lisboa, alegando a "impossibilidade de fazer deslocar ao Norte do país as entidades do Governo e do MIA que querem estar presentes ao Dia do Emigrante.

Razões que, por si só, não explicam a mudança. Assim, a onda de violência que tem grassado pelo Norte não terá certamente a do alheia ao facto. Por outro lado, a ideologia da maioria dos emigrantes parece não coincidir com a das entidades promotoras. Sabe-se que, por exemplo, no Porto, circulava um carro com matrícula estrangeira que convocava pessoas para a festa do emigrante ao mesmo tempo que repetia o slogan: "abaixo o comunismo castigo ao fascismo". Assim, parece evidente que o ambiente nesta cidade não seria propício à realização duma festa em que os seus promotores viriam a tomar uma posição política com pouca aceitação local. De resto, é de se considerar que a festa do emigrante que tenha sido essa tomada de posição que levou muitos dos emigrantes presentes à festa em Lisboa a abandonarem-na antes do fim.

Autocrítica revolucionária do COPCON e proposta de trabalho para um programa político

Es o texto do COPCON discutido na reunião de antanhoem:

I — A situação actual

1 — A situação a que o país chegou em consequência da incapacidade verificada a todos os níveis em resolver os problemas concretos com que se têm deparado aos degãos de poder desencadeou uma degradação económica geral, com o inevitável acentuar do desequilíbrio entre zonas urbanas e zonas rurais e a zona industrial de Lisboa e outras zonas industriais menos desenvolvidas.

O acentuado dirigismo e tentativas de controlo do aparelho de Estado por parte dos partidos, com especial realce do PCP levou alguns militares com responsabilidade no processo revolucionário a apresentar um documento que se afirma destinado a clarificar a actual conjuntura. Na prática resultou maior confusão, dadas as evidentes ambiguidades contidas no citado documento.

2 — Em face disto, torna-se indispensável clarificar de facto a situação actual, pelo que deste modo manifestamos ao país a nossa posição perante o assunto, por considerarmos que compete ao MFA reconhecer os erros até agora cometidos denunciando sem tibieza as suas causas.

3 — A degradação da situação económica e respectivas implicações sociais e políticas para amplas

massas populares deve-se sobretudo à falta de definição de uma linha política objectiva e de um programa governamental consequente. Não se achou um conjunto de medidas económicas capaz de substituir o vazio criado pela desagregação da estrutura capitalista existente e mantiveram-se por outro lado todas as dependências em relação ao imperialismo com todas as consequências, tais como: fecho de fábricas, fuga de divisas, desempregos, pressões políticas descaradas sobre a nossa soberania.

4 — O operariado das cidades e dos campos, bem como largos sectores de empregados de serviços, apoiados nas suas organizações de classe numa rica tradição de luta, têm conseguido uma defesa mais eficaz da sua situação económica contra o aumento do custo de vida, ainda que seja o sector mais afectado pelo abastecimento do desemprego.

5 — Embora amplamente divulgada, a criação das estruturas e políticas de apoio a pequenos e médios comerciantes e industriais constatou-se a sua total ineficácia, verificando-se que pelo contrário que a sua situação foi consideravelmente agravada devido ao aumento de impostos e outros encargos.

6 — Os pequenos e médios agricultores do Norte e Centro do país têm visto a sua situação agravar-se constantemente, desde o 25 de Abril, face ao aumento do custo

de vida, dos materiais e produtos indispensáveis à lavoura, acreção da dificuldade no escoamento e comercialização dos seus produtos.

Não se organizou o comércio interno, eliminando a especulação dos intermediários e criando uma rede de distribuição que facilitasse a circulação do produtor ao consumidor, com benefícios para ambos.

São sem dúvida os pequenos e médios agricultores quem presentemente sofrem mais agudamente os efeitos da degradação económica.

7 — No campo da assistência não se fizeram chegar à província os meios materiais e humanos capazes de responder minuciosamente às mais prementes necessidades das populações.

8 — No entanto, desenvolveram-se junto das populações rurais campanhas de esclarecimento e dinamização que pela ausência de uma preparação prévia adequada, não respeitaram muitas vezes as características socio-culturais do meio onde se desenvolveram, cometendo em alguns casos autênticas violências à consciência e hábitos das pessoas. Estas campanhas, apoiadas em verbais despidos de significado para quem eram dirigidas foram na sua maioria dos casos prejudiciais, pois não foram acompanhadas de quaisquer medidas concretas capazes de demonstrar ao povo que o objectivo era a real melhoria das suas condições de vida.

9 — Verifica-se a existência de um clima de desânimo e descrença das populações desmotivando-as para a revolução de que são as principais e directas interessadas. As causas deste facto são fundamentalmente as seguintes:

a) A substituição das administrações fascistas das autarquias locais foi feita na maioria dos casos por elementos da pequena e média burguesia local afectos ao PCP e MDP/CDE que se revelaram incapazes de solucionar os principais problemas existentes.

b) A concessão de benefícios pelas Ligas de pequenos e médios agricultores, cuja criação foi ao encontro de um antigo anseio destas classes foi alvo de um critério de favoritismo relativamente aos seguidores da linha política das pessoas que dominavam as referidas Ligas.

c) As Comissões Liquidatárias dos antigos Grêmios da Lavoura foram totalmente incipientes, não tendo liquidado coisa alguma, segundo no aspecto da concessão de benefícios critérios idênticos aos referidos nos casos das Ligas de pequenos e médios agricultores.

A constatação desta realidade e o crescente descontentamento pela reacção tem sido explorado como texto que, manobrando e instrumentalizando este instinto desagrado, conseguiu provocar uma escalada de violência comunitária levando as populações a uma oposição aberta ao MFA, por o identificar com a linha política responsável por esta situação.

10 — A realização das eleições, nas condições em que se efectuaram, veio contribuir para confundir o povo quanto aos instrumentos que podia utilizar para controlo do aparelho de Estado e do poder, dado que a estrutura burguesa em que a sociedade portuguesa estava e está organizada não permitia, como não permite, que a consciência revolucionária seja levada à mais ampla massas populares. Numa estrutura burguesa são os partidos burgueses e reformistas que têm os meios financeiros para fazer chegar a sua voz a todo o país.

Numa estrutura burguesa não há tentativa de debate e resolução dos problemas concretos, mas apenas demagogia política feita de jogos de palavras destinados a intoxicar e confundir o povo, que ao cabo de 48 anos de fascismo não estava em condições de distinguir esses jogos de palavras. Tem que se reconhecer um forte grau de responsabilidade ao MFA, por ter feito das eleições um ponto de honra, aspecto este bem explorado por forças interessadas neste tipo de eleições.

11 — A inoperância de quatro governos provisórios não é só fruto do dirigismo que o PCP tentou impor, infiltrando-se no aparelho de Estado e nos órgãos de comunicação social, pois o PS, o PPD e o MDP-CDE, que neles estiveram presentes, compartilharam das responsabilidades que hoje procuram desproporcionadamente escusar-se.

Dos partidos à direita do PS, incluindo as cúpulas deste, não se pode esperar mais do que a tentativa de travar e inverter a marcha do processo revolucionário por forma a garantir os privilégios da alta burguesia e a exploração desenfreada dos trabalhadores.

12 — A ineficácia do MFA em procurar resolver as contradições através de soluções de compromissos negociadas com partidos burgueses, e a cobertura que vem dando a manobras partidárias, provocam o descrédito dos militares perante os trabalhadores.

II — Análise do documento

1 — Mas a solução da presente situação, pela qual é altamente responsável o MFA, não será encontrada com paliativos de direita como propõe o documento que leva a esta tomada de posição.

Não será certamente a manutenção da coligação ao governo que permitirá avançar na construção do socialismo. Não é rejeitando conjuntamente a social-democracia, o capitalismo de Estado, a democracia popular e as esquizas das classes trabalhadoras que se permitirá a estas ir a

assumir a condução do processo, ou tão só consolidar as posições já alcançadas.

A proposta apresentada conduzir à recuperação pela direita, abrindo a este campo de manobra para a destruição da revolução mas grado as intenções democráticas e patrióticas na mente dos sub-reitores do documento.

2 — A perspectiva económica apresentada pelo reforço dos laços com a CEE e a EFTA reforçará a sujeição do país a uma vergonhosa dependência económico-financeira e política, pois quem ainda tivesse ilusões quanto aos seus delírios perdeu-as completamente com as últimas exigências apresentadas para a concretização da ajuda financeira a Portugal. Revitalizar a iniciativa privada, através do investimento massivo de capital financeiro estrangeiro, traduz-se na perda para o simples da independência nacional. Não basta para mascarar tal desastre dizer que também se deve comercializar com o Terceiro Mundo e os países de Leste, nem é abrindo as portas ao imperialismo que se conseguirá levar a cabo uma descolonização correcta dos territórios ainda sob administração portuguesa e, também vítimas da exploração imperialista.

3 — Não se assumindo uma posição supra-partidária tem desmerecido em relação aos partidos de direita que se recuperará a credibilidade, pois afirma-se pretender construir o socialismo e não alcançar uma democracia burguesa, mas ainda capitalista, o que obviamente acontecerá. Como põe um projecto denominado-se de esquerda quando escamoteia o papel das massas e recusa a acção das suas vanguardas? Como se pode criticar o ritmo das nacionalizações? Será mantendo nas mãos da burguesia a posse dos meios de produção que estes serão postos ao serviço do povo? Como se pode ignorar o caudismo e o papel da luta de classes na sua destruição? Como se pode apelar para a concordia sem distinguir exploradores de explorados?

4 — Concretizando-se esta fase da análise crítica do Documento, refere-se o ponto fundamental que não foi compreendido ou foi en-

quecido pelos seus sub-reitores. Trata-se do ponto fúnel da situação política actual e se refere à crescente actuação do fascismo. Elementos concretos demonstram que o fascismo abandonou as cautelas defensivas para se lançar deliberada e claramente na ofensiva através de acções violentas, aparecendo descaradamente à luz do dia.

Historicamente está demonstrado que personalidades moderadas que pretendem despoletar acções violentas do fascismo por meio de posições conciliatórias são as suas primeiras vítimas, ou noutros casos se transformam nos oprimidos das massas que pretendem libertar.

III — Propostas

1 — Um programa revolucionário para a solução da situação tem de passar antes de tudo pela realização do projecto de aliança Movimento das Forças Armadas/Povo, o qual garante a direcção dos trabalhadores na resolução dos seus problemas. Sem essa participação o socialismo é impossível. Há pois que pôr uma estrutura de organização das massas populares pela constituição e o reconhecimento de Comités de Aldeia, de Fábricas e de Bairros que sejam os órgãos através dos quais os trabalhadores possam tomar decisões no sentido de resolver os seus próprios problemas.

Estes organismos de poder dos trabalhadores terão de ser o instrumento para as soluções económicas, para o planeamento social, (escolas, hospitais, habitação, transportes), terão que ser enfim os verdadeiros órgãos do poder político, única barreira capaz de se opor vitiosamente à agressão fascista e imperialista.

2 — As soluções económicas para este país têm de passar por uma alteração da estrutura, fazendo uma reconversão da economia no sentido de um total apoio efectivo à agricultura, de modo a que rapidamente venha a produzir uma muito maior quantidade de bens alimentares, cuja compra no estrangeiro neste momento é um dos factores do nosso "deficit" na balança de pagamentos. Para tal, é necessário qualificar a agricultura,

fazendo uma revolução agrária de acordo com a vontade expressa pelas assembleias de aldeia e outros órgãos da vontade dos pequenos e médios agricultores, e, no Sul, geridas pelos trabalhadores rurais, democraticamente eleitos, tendo umas e outras apoio financeiro e técnico que garanta a sua rentabilidade e condições de vida para os camponeses, que os aproxime cada vez mais dos operários da cidade.

3 — Devem criar-se mecanismos que permitam o apoio efectivo e imediato aos pequenos e médios comerciantes e industriais, desenvolvendo ao mesmo tempo condições que foquem o associativismo e o cooperativismo.

4 — Por outro lado, Portugal tem de acabar com a dependência em relação ao imperialismo, dependência essa que é causa da actual crise económica. Tem pois de deixar de se depender financeira e tecnologicamente em relação aos países imperialistas, mesmo que para isso se tenham de suspender ou de reconverter indústrias que foram implantadas no nosso país para explorar a mão de obra barata dos trabalhadores portugueses. Neste sentido, há que censar também com a sujeição à CEE e EFTA que têm praticado uma política de chantagem em relação a Portugal.

Enviando por uma política económica de verdadeira independência nacional, o nosso país poderá então:

a) alinhar com os países do Terceiro Mundo, privilegiando a cooperação com as antigas colónias portuguesas em termos novos de igualdade e fraternidade;

b) manter e estabelecer relações comerciais e de cooperação com todos os países do Mundo, acima base de reciprocidade e vantagens mútuas.

Nestas condições, o nosso país ficará em posição de poder vencer o bloqueio do imperialismo pelas contradições internas deste, um dos quais é a opinião pública dos respectivos países e particularmente,

a solidariedade das respectivas classes trabalhadoras para com os povos do Terceiro Mundo, para quem o nosso processo revolucionário constitui enorme esperança e factor de unidade e luta.

5 — O problema das centenas de milhares de desempregados deverá ser resolvido pela planificação económica no sentido do pleno emprego. Para tal há que criar postos de trabalho nas agriculturas e na construção civil. Temos consciência de que a reconstrução da economia passa nestes termos — início de uma planificação socialista, a independência em relação ao imperialismo e a política do pleno emprego — trazo grandes dificuldades e grandes sacrifícios mas estes têm que ser partilhados por toda a gente. Não se pode pedir que sejam só os trabalhadores a suportá-los.

Neste sentido há que baixar muito o ordenado máximo nacional, o que vai tirar privilégios a certas camadas minoritárias da população.

6 — Em relação à habitação, há que definir uma política justa que, atacando frontalmente os grandes proprietários que fixam a especulação o seu modo de vida, defende os pequenos proprietários que através de rendimentos anseios conseguem garantir a sua subsistência e das suas famílias. Relativamente a este problema, há que estabelecer um limite para rendas, entrando em linha de conta com a localização, tipo de construção, número de assoalhadas, etc. As Comissões de Moradores terão um papel decisivo no estabelecimento do critério adoptável.

7 — Quanto ao problema da saúde, há que socializar a medicina, garantindo a prestação de serviços médicos na província, incluindo os meios técnicos e humanos das Forças Armadas.

Como medida complementar, terá igualmente de se proceder à nacionalização da indústria das especialidades farmacêuticas, regulando o seu fabrico de modo a

condicionar o elevadíssimo número de medicamentos que apenas se diferenciam pela marca, eliminando deste modo as grandes despesas publicitárias actualmente existentes, que oneram extraordinariamente os seus custos.

8 — Em relação ao ensino, devem ser garantidas condições para que haja realmente o ensino básico para toda a gente, sendo o ensino secundário e superior subordinado desde já aos interesses das classes trabalhadoras.

9 — Para além deste programa genérico, aplicável a médio prazo, que deverá ser discutido, redigido e pormenorizado, com a colaboração de todos os órgãos de vontade popular e militar, entende-se que devem ser tomadas, entre outras, medidas urgentes, as seguintes: abaixamento dos preços dos adubos e compra dos produtos agrícolas a preços que garantam a remuneração justa do trabalho dos pequenos e médios agricultores; utilizar, sempre que necessário, os meios de transporte das Forças Armadas para o escoamento dos produtos; abaixamento dos preços das raças, e garantia de preços justos aos pequenos e médios produtores de gado bovino, caprino e suíno, bem como o de carne de aviar; condicionamento da importação de "bens" alimentares, que entretanto deverão ser substituídos por alimentos produzidos no País; garantia de consumo de crédito de juro baixo ou nulo, conforme os casos, em quantitativos capazes de garantir a sua eficiente e reprodutiva aplicação; acção repressiva sobre as comissões liquidatárias dos antigos grêmios da lavoura, e ligas de pequenos e médios agricultores, sempre que se verifique discriminação política na atribuição de benefícios; criação de condições de apoio técnico e veterinário aos pequenos e médios agricultores e produtores; medidas de emergência em relação aos desalojados de Angola, englobando-os na política geral do pleno

emprego e pleno alojamento, tais como: requisição de estabelecimentos de hotelaria, construção de habitações prefabricadas e outras que forem julgadas oportunas como soluções, ainda que provisórias; adopto de medidas relativas a crianças e pessoas idosas e inválidas, que vivam em circunstâncias incompatíveis com um mínimo de segurança social; planificação que permita a rápida reconversão em moldes ditos das empresas industriais encerradas como consequência da sabotagem desavolvida pelos capitalistas e reacção ou por acção do imperialismo; criação de condições que garantam a segurança física e moral das pessoas, no sentido de conservar o direito à propriedade desde que esta não constitua instrumento efectivo de exploração.

10 — Os meios de comunicação social deverão servir este programa, fomentando o debate franco, livre e total, sem reservas de condicionalismos, destruindo de uma vez por todas qualquer forma de manipulação, dentro do princípio fundamental de que só desta forma se servem os interesses das classes trabalhadoras e que as contradições existentes só no seio do povo poderão ser resolvidas.

11 — Para garantir a execução deste programa é necessária a definição do poder executivo, que se responsabilizará por ele, que terá de ser um poder de transição. Este poder de transição será constituído pelo movimento das Forças Armadas e por todas as organizações políticas verdadeiramente revolucionárias que reclamem e defendam o poder para os trabalhadores. Como tal, terá de ser garantida como primeira medida e como fulcro do poder a construir a realização de facto da aliança MFA/Povo. Este poder será pois a direcção política deste período transmitido até à realização da Assembleia Nacional Popular.

IV—Organização interna das forças armadas

1— A elaboração de uma proposta como esta, que se pretende revolucionária, essencialmente apoiada na aliança MFA/Fovs, abordando apenas o sector popular, não tratando, ainda que superficialmente, o aspecto interno das Forças Armadas, constituiria um erro grave cujas evidentes contradições poderiam assumir aspectos contra revolucionários.

2— Assim, e de forma muito sucinta, considera-se indispensável que a estrutura interna das Forças Armadas necessita de ser repensada a curto prazo, visando sobretudo os aspectos seguintes:

a) Forma organizativa de classe:

Os militares deverão organizar-se de acordo com as diferentes classes existentes, debatendo livremente os seus problemas de classe e elegendo democraticamente os seus representantes às ADU, que serão os porta-vozes das conclusões encontradas. As soluções preconizadas nas AGU e que tenham implicações na vida colectiva da Unidade deverão ser debatidas em ADU de modo a possibilitar um consenso geral, base indispensável da coesão e disciplina.

b) Regalias sociais:

Deverão ser tomadas providências imediatas no sentido de ser conseguida uma sensível elevação do nível de vida das praças, nomeadamente pela modernização de instalações, aumento substancial do pró, atribuição generalizada de subvenção de família e abono de família, etc.

c) Reforço de disciplina:

Intensificação da dinamização interna nas Unidades, debatendo e analisando conjuntamente os problemas, sem restrições, consolidando a coesão por meio duma disciplina consentida, feita de esclarecimento, e só ela permitirá a entrega total dos militares à sua patriótica missão de defesa intransigente dos interesses do Povo Português.

O presente projecto constitui a única proposta viável e realista que se oferece ao Povo português para a sociedade socialista que se pretende alcançar e constitui uma recusa firme e total ao fascismo, à social-democracia e ao capitalismo de Estado, formas de exploração que negam a real emancipação das classes trabalhadoras.

Viva a aliança entre operários e camponeses.

Viva a aliança indestrutível entre os trabalhadores e as forças armadas revolucionárias.

Viva a aliança MFA/Fovs

Viva a Revolução Socialista

Viva Portugal

FNLA (Zaire) e UNITA contra o MPLA com Luanda a caminho do cerco

LUANDA (Especial para o EXPRESSO) — A evolução da situação político-militar em Angola, perante as informações que tem sido possível coligir nos últimos dias, a partir das diversas capitais de distrito e, principalmente, em Luanda, deixam entender maior crédito a próximos acontecimentos que, na melhor das hipóteses, alterarão, por completo, o curso da descolonização.

A aliança militar entre a UNITA e a FNLA constitui já um facto em algumas frentes, se assim se podem considerar, agora as áreas de influência e predominância partidária, usando a terminologia dos três movimentos. Insiste-se preocupadamente, na possibilidade do Movimento Popular de Libertação de Angola, MPLA, testar, a partir de 15 de Agosto, dia da cidade de Luanda, uma proclamação unilateral da independência, facto que viria a significar a consumação factual da

guerra civil generalizada e consequente generalização.

Durante os últimos quatro dias tem-se desenvolvido actividade tripla quanto à retirada de forças dos braços armados dos movimentos. As disposições quanto a forças integradas que se desenvolveram em diversos sectores deixaram de ter qualquer expressão ou significado, a partir do momento em que as três partes indicaram oficialmente os seus programas de retirada: a UNITA para o Sul, a FNLA para o norte e o MPLA na área de influência de Luanda e dominando uma parte da grande rota rodoviária do nordeste em direcção de Henrique de Carvalho, no distrito da Lunda.

MPLA expulso de Nova Lisboa

Notícias de boa fonte que co-

lhemos, quarta-feira, ao fim da tarde, davam-nos conta do término dos combates em Nova Lisboa com a expulsão do MPLA. Neste momento, cerca de dois mil elementos civis afectos ao MPLA, estão protegidos no quartel das tropas portuguesas, beneficiando do auxílio da Cruz Vermelha para serem evacuados. No Lobito, desde a cinco horas da manhã até ao último contacto possível (23 horas de quarta-feira), lutava-se generalizadamente. As informações, fidedignas, garantiam que apenas uma das delegações do MPLA se encontrava ainda de pé, embora sitiada. As tropas do MPLA pediram refúgio nos quartéis portugueses.

Entretanto em Benguela, a poucos quilómetros do Lobito, lutou-se durante toda a tarde, tendo os combates principiado depois do meio dia. Nesta cidade foi a UNITA que se refugiou no quartel português, ha-

vendo notícias de que a força maior da UNITA no Lobito se propõe, depois, avançar para Beaguela. As informações garantem que em ambas as cidades o conflito opôs de um lado a UNITA e a FNLA e do outro o MPLA. A situação no Lobito foi, entretanto, mais trágica. Toda a actividade paralizou na cidade, estando cortado, durante todo o dia e noite o abastecimento de água e energia eléctrica.

Segundo acordos a que não se atribui qualquer carácter oficial, as forças do MPLA deverão abandonar definitivamente Nova Lisboa e Lobito e já saíram de Silva Porto. A UNITA fora obrigada a abandonar todas as suas instalações de Luanda, depois do ataque sofrido há dias, na sua delegação central, instalada na grande Avenida dos Combatentes. Uma coluna da UNITA aguarda mais de 48 horas no Alto Dondo, entroncamento rodoviário com ligação para Nova Lisboa e Malanje,

que se iniciasse a saída de forças do MPLA das três cidades (Silva Porto, Nova Lisboa e Lobito), facto que passou a chamar-se de trânsito de forças em regresso às áreas de específica influência. Esta terminologia foi hoje condtada pelo MPLA, que afirma não existirem zonas determinadas de influência, garantindo-se que o MPLA está em todo o lado. Todavia, a nomenclatura é aplicada pelos outros dois movimentos.

Desmantelamento do Governo de Transição

Em Luanda, entretanto, as tropas da FNLA abandonaram definitivamente o Forte de S. Pedro, depois de 45 dias de resistência. Os efectivos, avaliados em cerca de 500 homens,

foram conduzidos à Base Naval da Ilha do Cabo, de onde seguiram, por via marítima, para Sazaire e Ambriz. Ficaram, entretanto, em Luanda, perto de quatrocentos homens que se destinavam a participar no programa de integração de forças, que, neste momento, não passa de corpo de artigo.

Notícias de boa fonte adiantam que em Carmona se encontra a maior força de efectivos do ELNA com os membros mais representativos do seu Estado-Maior, bem como preponderantes conselheiros militares. Os observadores acreditam que a progressão da FNLA para a área de Luanda estará iminente, tentando conjugar o conteúdo dessas informações com os rumores que circulam quanto à eventualidade do MPLA assumir o poder unilateralmente.

Não se encontram em Luanda nenhum dos ministros da FNLA ou da UNITA. Vários membros do governo, por parte do

MPLA, têm feito publicar decretos e alguns deles assumiram os negócios de Estado correspondentes aos ministérios cujos titulares se encontram ausentes.

Tanto a saída dos governantes por parte da UNITA, como por parte da FNLA, obedececeram às ordens das suas instâncias superiores, o que no pensamento dos observadores políticos significa a completa cisão e desmantelamento do actual Governo de Transição.

Um despacho do Ministro das Finanças, Saïdy Mingas, ministro por parte do MPLA, ordena o regresso ao trabalho de todos os funcionários dependentes do seu ministério, preconizando sanções para quaisquer casos de desobediência. Efectivamente, encontravam-se em greve todos os organismos de Crédito e da Direcção de Fazenda, como outros estabelecimentos públicos, antes da partida dos ministros pertencentes aos outros movimentos. O secretário de Estado do Trabalho, Aires Machado, publicou um despacho com o qual chama a si toda a orientação do Ministério do Trabalho, perante a ausência do titular da pasta, António Dembo, Ministro por parte da UNITA.

Isolamento de Luanda ?

A desencadear-se o conflito generalizado, que se prevê, em função das posições assumidas pela UNITA e pela FNLA no decorrer da última semana, a cidade de Luanda virá a sofrer um completo isolamento, dado que grande parte das vias vitais de comunicação entre o Norte e Centro e Sul-Centro, virão a ficar sob controlo directo e efectivo daqueles dois movimentos.

A crise de abastecimentos ampliou-se e constitui grave preocupação. Preconiza-se o estabelecimento do racionamento de combustíveis e as reservas de gás butano foram entregues já aos Hospitais, Quartéis, Hoteis, cedidas na sua totalidade. Embora o Governo (ou o que ainda resta de Governo) garanta que se envidam esforços para debelar a crise, reina um grande optimismo, partindo da hipótese de que o porto do Lobito está agora definitivamente controlado pela UNITA. Pouco poderá sair do Sul em direcção aos mercados abastecedores, sem que aquele movimento o autorize.

Dois navios tanques estiveram ao largo de Luanda, fizeram-se ao largo e rumaram para o Lobito, quando confrontos maiores se desenrolaram entre

a FNLA e o MPLA na im portuária a partir da Fortaleza de S. Pedro. Esses navios, segundo se sabe, deverão descarregar a preciosa carga no porto do Lobito, considerando-se pouco provável, perante a evolução dos acontecimentos, que por via terrestre Luanda possa vir a ser reabastecida a partir daquela cidade.

Recorde-se que o dr. Savinã, da UNITA, tinha referido numa proclamação recente em que ordenava a retirada dos ministros da UNITA, que iam ser estabelecidas barreiras nos limites das áreas controladas pelo movimento.

Material bélico do Zaire para a FNLA

Circulam notícias de que a maior parte dos governantes por parte da FNLA se encontram em Carmona, centro principal de influência da FNLA. Por esse lado, essas notícias garantem que se terá estabelecido um posto aéreo e um conjunto de comboios terrestres que transportarão para aquela região equipamento e material diverso, destinado à FNLA, presume-se que a partir do Zaire. Essas notícias, apesar de não terem sido objecto de confirmação oficial, resultam de testemunhos de pessoas que têm vindo à Luanda, a partir do Negge e de Carmona. A importação base do Negge, com capacidade para aviões pesados do tipo 130/C, foi abandonada pela Força Aérea Portuguesa, há poucos dias, e presume-se que a base de Henrique de Carvalho venha a ser evacuada ainda durante este fim de semana.

Amplia-se, por isso, o espectro da guerra civil, enquanto que, por outro lado, se tem consequências imprevisíveis, e estabelecem formas indirectas que constituem impedimento ao embarque de haveres dos portugueses que pretendem ser reparados. Um despacho do Ministro das Finanças suspendeu o embarque de carros particulares e ordenou o controlo à vulturas a embarcar por via marítima, com a justificação de que é preciso evitar abusos.

Luanda, a breve prazo, poderá significar uma cidade mais ou menos sitiada, com a proximidade da chegada de tropas e canhões, caindo no completo colapso económico e físico. Dos segres e violentos esperanças amanhã deste país que teve a melhor alicerce, à partida, para uma independência que, neste momento, se revela de futuro incerto.

JORGENSEN, Anker

Anker Jorgensen (Primeiro Ministro da Dinamarca)

“Com Costa Gomes concordámos no campo dos princípios mas não chegámos a acordo completo quanto à praxis”

ANKER JORGENSEN, primeiro-ministro dinamarquês, passou três dias em Lisboa. Veio em visita oficial, como representante do seu partido, o Partido Social-Democrata, especialmente para dar apoio ao Partido Socialista português. Falou com Costa Gomes, tentou contactar trabalhadores da Lisnave, conseguindo-o após algumas dificuldades (ver telex nesta página).

Numa altura em que, por umas razões ou por outras, Portugal continua à cabeça da lista de preocupações do mundo e especialmente da Europa, o depoimento de um político astuto e sincero como o é Jorgensen — o primeiro a visitar Lisboa depois da reunião de Estocolmo dos dirigentes socialistas e sociais democratas — reveste-se de indiscutível interesse.

EXPRESSO — Para além das razões formais, contidas nos comunicados oficiais, que veio exactamente fazer a Portugal?

ANKER JORGENSEN — As razões formais são as verdadeiras. Estou aqui porque quero obter mais informações sobre o que se passa. Vim também para exprimir simpatia e apoio ao Partido Socialista Português. E não só ao PS, como a todos os partidos e pessoas que lutam pela democracia. Quando falo em democra-

cia, refiro-me, que não haja dúvidas, à democracia pluralista.

Como sabe, tivemos, recentemente, em Estocolmo, uma reunião de dirigentes sociais democratas e socialistas e o ponto de vista que vim manifestar a Lisboa é o que resultou dessa reunião.

EXP. — Então, de certo modo, está aqui em representação dos seus colegas de Estocolmo.

A. J. — Sim. Devo dizer que não fui enviado por eles a Portugal, mas o que venho

dizer são exactamente as conclusões de Estocolmo. Outros dirigentes dos outros partidos presentes na Suécia dirão o mesmo e provavelmente virão aqui pessoalmente dizê-lo.

EXP. — Mas a sua viagem a Portugal foi organizada ou acordada em Estocolmo?

A. J. — Tinha decidido fazê-la antes de Estocolmo, mas só a anunciei publicamente no dia em que tive-mos a reunião, porque me pareceu que era a ocasião justa para o fazer.

A (não) ida à Lisnave

EXP. — E, além dos seus amigos do PS, com quem falou em Lisboa?

A. J. — Vejo-o a si e ao seu jornal e acho que é importante. Estive também com várias pessoas no PS.

EXP. — E o que se passou com a sua ida à Lisnave?

A. J. — Não foi muito bem sucedida.

EXP. — Porquê?

A. J. — Porque os repre-

sentantes do Governo na Lisnave disseram que não queriam que, na visita ao estaleiro, estivesse acompanhado de representantes do Partido Socialista.

Eu respondi que estava em Portugal como convidado do PS e que não podia aceitar que fossem eles a decidir quem me devia acompanhar na visita ao estaleiro. Houve uma grande discussão e o resultado foi que não visitei o estaleiro.

Lamento que isto tenha acontecido, porque o meu

interesse era um contacto directo com os trabalhadores.

EXP. — Esteve então só no edifício da administração?

A. J. — Só. Mostraram-me muitos «slides» a cores e deram-me muitas informações sobre a empresa. Mas só tive contacto com os membros da Comissão de Trabalhadores que são do PS, os quais, aliás, achavam que eu devia mesmo entrar no estaleiro, entendendo que não podiam ser os representantes do Governo a decidir onde eu ia e com quem ia.

Mercado Comum: ajuda e garantias

EXP. — Teve, também, na terça-feira, um encontro com o Presidente da República?

A. J. — É verdade. Estou satisfeito por ter podido estar com o Presidente e pelo facto de ele me ter querido receber.

EXP. — Consta que trazia uma mensagem especial para o Presidente Costa Gomes.

A. J. — Já tinha tido uma curta conversa com o Presidente da República Portuguesa, em Helsínquia. Na audiência de Lisboa, comecei por esclarecer que a havia solicitado na qualidade de Presidente do Partido Social-Democrata dinamarquês e não como Primeiro Ministro. Refiri algo que ele já sabe,

no que respeita à posição do Mercado Comum no que toca a Portugal: o desejo que temos de contribuir para o desenvolvimento de Portugal e o tipo de ajuda que será possível à CEE prestar a Portugal. Como sabe, estamos desejosos de dar essa ajuda económica a Portugal, mas necessitamos de determinadas garantias; não exactamente que a democracia se concretize no dia x, a uma hora pré-estabelecida, mas a garantia de que a situação evolui em direcção à democracia. Isto é fundamental. Este ponto de vista é, aliás, igual ao acordado pelos dirigentes políticos presentes à já mencionada conferência de Estocolmo.

Disse também ao Presidente Costa Gomes que era importante que Portugal sai-

ba e sinta na prática que é parte integrante da Europa e que Portugal continua na NATO. A Dinamarca criticou várias vezes, dentro da NATO, o anterior regime português de Salazar e Caetano. Agora, de novo, desejamos discutir o regime português.

EXP. — Quer isso dizer que a Dinamarca voltou a criticar Portugal nas reuniões da NATO?

A. J. — A última reunião, a nível de primeiros ministros, que tivemos na NATO foi a de Maio, em Bruxelas. Então discuti o problema com o vosso primeiro ministro, Vasco Gonçalves, durante duas horas, e, também aí, não critiquei, mas exprimi a nossa esperança de que o seu país evolua para uma democracia pluralista.

A questão do sistema de Governo

EXP. — Voltando à sua conversa de terça-feira passada com o General Costa Gomes...

A. J. — Expliquei-lhe igualmente que o meu partido tem simpatia pelo PS português e por todas as forças democráticas. Referi que estava muito perturbado pelos recentes acontecimentos em Portugal. Confiamos nos di-

rigentes políticos portugueses que se dizem a favor da democracia pluralista, mas não deixamos de estar perturbados. Queremos uma ligação mais estreita e calorosa com Portugal, mas de novo surge aí a questão do sistema de governo.

Mencionei também a nossa satisfação pela descolonização e recordei que a Dinamarca e o meu partido apoiaram os movimentos de libertação mesmo antes do 25 de Abril.

Finalmente, falei de um assunto já debatido na Internacional Socialista: o desejo de que Portugal tenha uma imprensa livre. Não percebo nem posso aceitar a situação resultante do caso «República». Espero que Portugal venha de facto a ter partidos livres, eleições livres e sindicatos livres; a existência de sindicatos livres é condição fundamental para a existência de uma verdadeira democracia.

A resposta de Costa Gomes

EXP. — Qual foi a resposta do Presidente Costa Gomes?

A. J. — Respondeu-me que estava profundamente sensibilizado pelos meus pontos de vista. Exprimiu diversas vezes que também queria o pluralismo, que o considerava um direito fundamental para a segurança das pessoas, nomeadamente ao que se refere à imprensa livre, à liberdade religiosa e à liberdade política. Com-

preende perfeitamente as obrigações de Portugal em relação à NATO.

EXP. — Concordando portanto com a posição tomada, em Maio, em Bruxelas, pelo primeiro-ministro português acerca desse assunto?

A. J. — Exactamente. Foi o que Vasco Gonçalves me disse em Bruxelas: queremos ter relações com todos os países, mas temos uma conexão especial com os nossos aliados da NATO.

O Presidente da República pareceu-me também muito preocupado com a situação em Angola, qualificando-a

como uma situação de guerra.

EXP. — E no que respeita à Imprensa?

A. J. — O general Costa Gomes disse também que queria uma imprensa livre e que ela já existia em Portugal. Evidentemente, debatemos também o problema do novo projecto de lei

EXP. — O projecto Jesuino?

A. J. — Exactamente. Ai devo dizer que não concordámos completamente.

EXP. — O Presidente da República está de acordo com o Projecto Jesuino?

(Pausa).

A. J. — Penso que im-

Conclusões ?

EXP. — Qual foi a conclusão geral da sua conversa com o Presidente da República Portuguesa?

A. J. — Julgo que, no campo dos princípios, estivemos de acordo. Mas não temos obtido um acordo completo quanto à «praxis». De qualquer modo, espero que será possível ao Presidente Costa Gomes apoiar uma evolução no sentido da democracia.

EXP. — Teve contactos com outras entidades oficiais portuguesas?

A. J. — Não.

EXP. — Depois dos contactos que estabeleceu, durante a sua estada em Lisboa, qual é a sua opinião sobre a situação em Portugal?

A. J. — Estou um pouco confuso... Não consigo prever com exactidão em que direcção irá Portugal. Mas continuo a esperar que as forças democráticas vençam, o que é importante para o Mercado Comum, para a Europa, para a NATO e, claro, para Portugal.

EXP. — Em Maio, em Bruxelas, o primeiro ministro



deu-lhe um certo número de garantias. Agora, em Lisboa, o mesmo sucedeu com o Presidente da República. Entretanto, a situação de Portugal

tem vindo a evoluir, de um modo que para si e perturbador, e, ultimamente, surgiu o chamado Documento dos Nove. Considera este do-

cumento importante no caminho para a democracia?

A. J. — Espero que sim, mas nada posso adiantar sobre o assunto.

Social-democracia, socialismo, marxismo

EXP. — Gostaria agora de mudar de assunto. O seu Partido é um partido social-democrata. Há muitas pessoas em Portugal, incluindo o próprio Partido Socialista português que entendem não ser a social-democracia possível em Portugal. Qual a sua opinião?

A. J. — Não posso dar-lhe uma explicação sobre o que dirão alguns socialistas portugueses, caso o digam. Eu penso que uma política social-democrática é possível em Portugal.

Evidentemente, haverá diferenças de país para país. Elas existem, por exemplo, entre a Alemanha e a Dinamarca ou entre a Dinamarca e a Suécia, tal como se verificam entre a Dinamarca e Portugal. Isso não impede de, em qualquer caso, ser possível uma sociedade mais social, nalguns casos mais socialista, sem prejuízo da manutenção do pluralismo.

EXP. — No entanto, dentro da Internacional Socialista, há dois grupos de partidos; é evidente, por exemplo, a diferença entre o PS francês e o SPD alemão e, quando se fala de social-democracia, pensa-se no SPD alemão e não no PS francês. O problema parece estar na ligação ao marxismo.

A. J. — A discussão sobre o marxismo é bastante delicada. Eu próprio posso dizer que sou um marxista, mas não o sou em todos os aspectos da teoria marxista, o que não impede que não me sinta inspirado por essa filosofia. Certas pessoas sentem-se mais inspiradas do

que eu; os seres humanos são diferentes.

É óbvio que existem diferenças entre os partidos socialistas e social-democráticos, nos diversos países. Essas diferenças acentuam-se, conforme esses partidos estejam no governo ou na oposição. Se um partido socialista ou social-democrático está, durante um período longo, na oposição, não aceitará pontos de vista idênticos aos de um partido congénere que esteja no governo há vários anos. Por outro lado, há também a posição de cada partido dentro do seu país. Na Dinamarca, por exemplo, no nosso Partido tem apenas 30 % do eleitorado, mas estamos no governo sozinhos; naturalmente, temos de negociar e aceitamos isso como uma forma de praticar a democracia. Já na Suécia, o Partido Social-Democrata não tem exactamente a maioria, mas quase; a situação é diferente.

Por tudo isto é impossível avaliar as realidades segundo um critério único, o que não impede que existam muitos aspectos comuns, na Dinamarca, na Suécia ou em Portugal. Em conclusão, acho que o socialismo democrático é possível em toda a Europa e que a sua aplicação depende dos países e da dimensão dos partidos.

EXP. — Não acha que «socialismo-democrático» é uma expressão muito vaga, abrangendo partidos que se dizem marxistas e revolucionários e partidos que se dizem não marxistas e reformistas?

A. J. — Também entre os partidos burgueses há grandes diferenças. Na Alemanha, os cristãos-democrata-

tas, na Dinamarca o partido conservador e o partido liberal, etc. são muito distintos. Daria mesmo que há diferenças muito maiores entre

os partidos burgueses do que entre os partidos membros da Internacional Socialista, o que não significa que não haja diferenças entre estes.

Partidos Socialistas e Partidos Comunistas

EXP. — Dentro dessa perspectiva, como vê o problema da aliança ou não-aliança entre os partidos socialistas ou social-democráticos e os partidos comunistas. Se, por exemplo, na Alemanha, Helmut Schmidt se manifesta claramente contra essa aliança, tanto na RFA como em qualquer outro país, já em França

a questão se põe em termos de um Programa Comum PS-PC. E, na Dinamarca, o Partido Comunista local contestou a sua viagem a Portugal, acusando-o de ingerência nos assuntos internos portugueses.

A. J. — Na Dinamarca, não podemos trabalhar em conjunto nem chegar a um acordo com o Partido Comunista. Estamos contra esse partido e ele está contra nós.

EXP. — Mas isso impede-o de aceitar a existência de um Programa Comum em França?

A. J. — Não. É preciso ter presente que também os partidos comunistas são diferentes. Se considerarmos o Partido Comunista Italiano, concluiremos que, se bem o compreendo, é um partido que, em todos os aspectos, aceita a democracia pluralista. Por isso, também não é lícito apreciar uniformemente os diversos partidos comunistas.

EXP. — Nesse contexto, como vê o Partido Comunista Português?

A. J. — Numa determinada perspectiva, o Partido Comunista Português é um partido novo. Não podemos ainda avaliar com exactidão em que direcção se move. No entanto, neste momento, o que eu julgo, melhor, o que eu sinto, é que o Partido Comunista Português é um partido estalinista, tal como o Partido Comunista Dinamarquês. Talvez o Partido Comunista Português possa apresentar uma linha diferente, mas sobre isso nada sei.

Mário Soares diz que a diferença entre esse partido e o dele não é Marx, não é mesmo Lenine, é Estaline. Eu penso o mesmo...

EXP. — De acordo com a sua análise da situação portuguesa, será possível uma aproximação entre os Partidos Socialista e Comunista portugueses?

A. J. — É difícil pronunciar-me. Julgo que tal não é possível, imediatamente.

EXP. — São mais duas perguntas: que idade tem?

A. J. — 53.

EXP. — Segunda pergunta: há quanto tempo está no Governo, como Primeiro Ministro?

A. J. — Há seis meses. Dá outra vez em que ocupei o mesmo cargo permaneci nele 14 meses.

3013 JONES P
34513 LINA P

13/1/75

1311 X

NA, 2310

COM PEDIDO DE PUBLICAÇÃO A ADMINISTRAÇÃO DA LISIABE INFORMA QUE O PRIMEIRO MINISTRO DA DINAMARCA, DR. ANSER JOHNSON, E A SUA COMITIVA, ACOMPANHADOS DO DR. PEDRO OBERG, VISITARAM, DIA 11, O ESTÁBULO DA MARQUÊSA, COM FOMAS OFICIALMENTE RECIPIAS NÉO RELIGIO DO UTERNO, PELO CONSELHO DE JEFES DOS TRABALHADORES E POR ELEMENTOS DO NÚCLEO DO PARTIDO SOCIALISTA DO ESTÁBULO.

LISIABE -

3013 JONES P
34513 JONES P

A visita do primeiro-ministro dinamarquês à Lisabve na passada terça-feira, descrita pelo próprio no corpo da entrevista, veio a ter, posteriormente, outro desfecho. Com efeito, no dia seguinte — e depois da entrevista ter sido composta — recebemos na nossa Redacção o telex que acima transcrevemos onde se dá conta da revisão da posição face ao visitante e aos seus acompanhantes. Essa alteração terá sido provocada por uma notícia vinda a lume num vespertino de capital onde se relatava o incidente ocorrido durante a primeira visita

SABINO, Amadeu Lopes
 ROCHA, José Augusto
 SABINO, Luís
 SILVA, Vicente Jorge
 CARVALHO, Proença de

Expresso

15-08-15

R

17

... do caso José Diogo

Justiça e poder político: a hora do confronto

AS CONTROVÉRSIAS geradas em torno do caso José Diogo vieram conferir-lhe uma relevante dimensão política e projectá-lo como uma expressão da ruptura entre dois conceitos e práticas de justiça. Mas à volta do confronto «justiça burguesa-justiça popular» são muitas outras questões que se levantam desde à natureza do direito em contextos sociais diferentes, ao papel dos tribunais e à

própria função dos advogados numa nova sociedade. Dal que, sobretudo depois do primeiro julgamento popular ocorrido na última semana em Tomar (ver último EXPRESSO) a polémica se tenha agudizado, ultrapassando o mero quadro judicial para assumir já o carácter de um debate sobre a própria questão do poder político. Nestas condições, o EXPRESSO cunha sobre o caso José Diogo,

o seu significado e repercussões políticas os advogados envolvidos no processo. Por parte da defesa, os advogados Amadeu Lopes Sabino, José Augusto Rocha e Luís Sabino, em entrevista concedida por Vicente Jorge Silva. Pela acusação, o advogado Proença de Carvalho em entrevista de José António Barreiros. Em as posições em confronto.



Pronença de Carvalho:

«Será a Assembleia do MFA tribunal de recurso das decisões de improvisados tribunais populares?»

Entrevista conduzida por José António Barreiros

Creio que está surpreendido por ser entrevistado para um jornal acerca do caso do José Diogo!

Estou surpreendidíssimo, na medida em que ao longo de todo

«Paradigma» da justiça burguesa?

— Porque é que está metido neste caso?

Foi uma pura circunstância, independente de qualquer posição ideológica. Fui em certa altura procurado por um colega do Alentejo, que me pediu que acompanhasse um caso de homicídio, no qual ele não podia intervir por ainda ser apenado com a vítima. Na altura, não tive preocupação de me informar do que estava em causa, recebi procuração da constituinte, irmã da vítima, tirei cópias do processo e não me apercebi

este tempo em que os jornais, a rádio, a televisão, têm feito uma cobertura total, e têm-se dado eco da propaganda feita por determinados grupos políticos que exigem a libertação do José Diogo, nunca tive a oportunidade de manifestar a opinião que, que, represento, da família do dr. Colombaro Monteiro

que houvesse qualquer motivação ou conotação política neste caso. Só muito mais tarde é que ao ler um jornal verifiquei que havia quem estivesse interessado em considerar este caso como um verdadeiro «paradigma» da justiça burguesa. Aprovei-me então que o assunto era cheio de mistérios e dificuldades, mas, entendi que não podia abandonar a minha posição ao processo, só porque devia à minha cliente o mínimo de lealdade e porque me conveni que a posição dela não era injusta.

— Mas afinal o que é o caso José Diogo?

— Bem, só um julgamento sério nos dá uma visão correcta

consta quanto a personalidade do dr. Colombaro. E a própria mulher do José Diogo ouviu em instrução confidenciária perante o juiz, afirma que nunca quis dizer ao marido que o dr. Colombaro o tivesse tratado mal.

Não me pronunciou, portanto, quanto à personalidade do dr. Colombaro, que não está em causa, até porque ou não o defendo a ele, que já faleceu.

— Do ponto de vista dos que defendem o José Diogo, o dr. Colombaro seria um torcionário dos trabalhadores e a atitude do José Diogo seria, portanto, a justa resposta dum trabalhador às atitudes do opressor. Qual a sua opinião acerca disto?

— O meu ponto de vista consta de um extenso requerimento que

que foi assassinado. Aliás, quando a família me pôs o problema, não me pediu que acusasse o José Diogo, mas apenas que acompanhasse o caso do ponto de vista profissional para poder assegurar os interesses da família em obter uma decisão justa.

Com referência à campanha a que me referi, o próprio Expresso

e objectiva do que se passou. Aquilo que consta do processo é o seguinte: em determinado dia, o José Diogo dirige-se a casa do seu antigo patrão, o médico Colombaro Monteiro, um velho de 78 anos de idade, e cá da sua convidada o patrão a sair para ajustar contas com ele. O dr. Colombaro ter-lhe-á dito que entrasse. José Diogo entra e passa-se uma cena a sos entre eles. Não há nenhuma testemunha presencial da agressão. O que se sabe, é que nesse curto encontro entre ambos, o José Diogo puxa de uma navalha e esfaqueia o Colombaro, causando a saída dos intestinos pelo golpe provocado pela faca. Aos gritos do dr. Colom-

baro acorre uma governanta, que vê o dr. Colombaro com os intestinos nas mãos e numa atitude defensiva em relação ao José Diogo, que entretanto abandona a casa e sai. José Diogo é ouvido, não refere qualquer motivação, declara-se arrependido do que fez e atribui o seu acto ao facto de se encontrar embriagado. Há várias testemunhas no processo, algumas dizem que dias antes já José Diogo anunciara que iria matar o dr. Colombaro. Outras testemunhas que José Diogo, sendo um homem pacífico, quando normal, é muito agressivo, quando embriagado, como teria sucedido no altura em que praticou o crime.

juntei ao processo e que na imprensa não foi minimamente referido. Penso o seguinte: quando os defensores do José Diogo — e quando falo em defensores não falo só nos seus advogados, mas nos movimentos e partidos que exigem a sua libertação sem julgamento — sustentam o ponto de vista de que o José Diogo está a ser vítima de um Direito burguês, eu não concordo.

Na verdade, o Direito que pune o homicídio independentemente da qualidade da pessoa assassinada, é Direito que existe em todas as sociedades, quer elas sejam socialistas, capitalistas, fascistas ou o que quiser. Ao longo da história, a Humanidade conquistou certos direitos que são verdadeiros direitos adquiridos

da civilização e da cultura e que constituem património da Humanidade. Entre esses direitos figura o direito à vida que historicamente é recente, mas foi já inscrito em todas as declarações universais dos Direitos Humanos. Ora, o direito à vida tem que ser independente da qualidade do seu titular. Ou seja, quer um cidadão seja fascista, comunista ou capitalista, a todos os cidadãos deve ser reconhecido o direito à vida. Esse direito deve ser objecto de uma «protecção especial» — a do Direito Criminal. Nessa medida, o acto de José Diogo, à luz de qualquer Direito, deve ser punido, quer o seja pelos tribunais normais (judiciais) quer pelos tribunais populares.

«A personalidade do dr. Colombaro não está em causa»

O dr. Colombaro a seguir a operação é transportado para o Hospital de Beja onde é operado dois dias depois. Mas sobreviveu-lhe uma pneumonia, é conduzido para Lisboa para a casa de Saúde das Amoreiras, onde vem a morrer. O relatório da autópsia é peremptório no sentido de dar como provada a morte como consequência da agressão.

Não encontro no processo nada que permita extrair as conclusões que a enorme propaganda, que tem sido feita à volta deste caso, afirma. Do processo nada

Que justiça popular?

— Fato-me agora em tribunais e isso faz-me colocar-lhe outra questão. Ainda segundo o ponto de vista dos defensores do José Diogo o problema é o José Diogo ir ser julgado por um tribunal tido por «burguês» e não por um tribunal «popular» como veio por fim a acontecer pois, como toda a imprensa depois noticiou, o José Diogo foi julgado por um tribunal popular que o absolvia, tendo por contrário sido condenado postumamente o falecido Columbano Monteiro. Surge aqui outra contradição entre a «justiça burguesa» e a «justiça popular». Qual o seu ponto de vista quanto a este assunto?

— Eu admito que as críticas feitas aos tribunais, tal como existem na actual estrutura judicial, são de algum modo pertinentes. Concordo que os tribunais constituídos são de certa maneira órgãos de classe, já que os juizes que os compõem, são dum modo geral, provenientes de camadas sociais privilegiadas e é natural que ao exercerem a Justiça a exerçam do ponto de vista da classe a que pertencem. Por isso eu fui o primeiro a requerer que José Diogo fosse

«Um simples simulacro»

— Mas já no julgamento feito porta do tribunal foram várias vezes instados os presentes para apresentarem os argumentos em defesa do Dr. Columbano que

«Acto contra-revolucionário»

Por outro lado, veja que, mesmo perante o tribunal judicial, eu entendi que não havia possibilidade de fazer um julgamento diferente de uma farsa. Escrevi isso mesmo num requerimento entregue ao tribunal em que justifico a minha acusação. É isto porque o contraditório deve existir

A sequência do processo

— O caso José Diogo terminou portanto pelo seu não comparecimento ao tribunal que o devia julgar.

Os juizes esperaram duas horas pelo réu, numa atitude em tudo caricata e veio a saber-se que o réu havia sido transferido coacta que pela Força Aérea da prisão onde estava detido para Leiria onde viria a ser solto mediante coacção. Diz-se que nisto tudo teria havido intervenção de altas instâncias do poder, que teriam sido com urgência contactadas e que vieram afinal a decidir o assunto. Que me pode dizer?

— Sou completamente alheio a tais atitudes e ignoro-as totalmente. Estranhei apenas a ausência do réu. Mas de nada sei.

— O Dr. Proença de Carvalho

julgado num tribunal popular. É a propósito disso direi que não me cabe qualquer iniciativa no desfaçoamento do processo, como veio a acontecer.

Quer dizer, contestes a legitimidade do tribunal normal, judicial, para julgar este caso. Mas a questão é saber o que deve entender-se por Justiça Popular.

Por Justiça Popular não pode entender-se o direito ao linchamento. Isto é aceitar que uma qualquer multidão pudesse fazer justiça imediata ou retardada por sua própria iniciativa e por suas mãos, seria abrir a porta às maiores violências, que não só repugnam aos direitos humanos e a nossa concepção de vida, como seria até fomentar a contra-revolução.

Quando eu requirei que o José Diogo fosse julgado num tribunal popular, evidentemente que, não tinha em vista aquele tribunal que se constituiu em Tomar a porta do edifício, a seguir ao adiantado da audiência de julgamento. Tinha antes em mente a existência de uma reforma do processo penal que consta de um projecto de decreto-lei emanado do Ministério da Justiça e que prevê o funcionamento de juries nos processos criminais, quando

quisermos. Ora isto não preenche os requisitos do contraditório que entendo deverem existir num julgamento sério?

— Isso foi um simples simulacro contraditório.

— Repare que a acusação não veio sequer possibilidade de fazer

tir não só na sala de audiências, mas também perante a opinião pública. Ora no caso concreto, a defesa do José Diogo é a propaganda destinada à sua heroização teve a maior latitude e foi feita numa autêntica algarazara nos jornais, no rádio e na televisão. Por exemplo, o Rádio Clube Português, historiando, na véspera, apenas uma das versões de casos, disseccionou uma cam-

foi acusado de não ter comparecido em Tomar para a audiência com medo de sofrer represálias. É verdade?

— Se eu tivesse medo de quaisquer represálias, há muito tinha já intancado ao mandato.

Não compareci pois não quis legitimar com a minha presença física uma farsa teatral, que não poderia produzir justiça mas um mero simulacro de Justiça.

E ignorava que o réu não apareceria.

— Qual a sequência deste processo?

— A evolução deste caso resultaria directamente da evolução política que se verificasse neste país. O teste que se apresenta ao Poder Revolucionário e ao Poder Judicial é o de saber se será possível em Portugal efectuar este julgamento com um mínimo de

assim for requerido por qualquer das partes. Este projecto de decreto-lei, por razões que eu tenho realmente por enigmáticas, ainda não foi publicado até ao presente, o que veio criar um impasse em inúmeros casos que exigiam esse tipo de julgamento. Entendo que a única forma não demagógica e séria de fazer intervir a consciência popular e os interesses das largas camadas da população na Administração da Justiça, é a criação de um júri varicado entre todos os cidadãos sem discriminação alguma. Esse júri teria legitimidade, como exigência do povo que era, para julgar, e incutiria confiança aos destinatários da Justiça.

— Neste caso do José Diogo perante o tribunal que o julgou à porta do Palácio de Justiça, entente que esses pressupostos não se verificaram?

— De modo algum, e por duas ordens de razões.

Em primeiro lugar, quanto à constituição do Tribunal que o julgou, ou melhor, que presenciava o julgamento. Este tribunal foi afinal eleito entre as centenas de pessoas que se deslocaram a Tomar para exigir a libertação de José Diogo sem julgamento de culpa. Quando as pessoas apai-

deslocar a Tomar as testemunhas do processo que tinha indicado na instrução, na medida que o ambiente criado à volta do caso as induz a aparecerem, já que a sua própria intransigência física corria graves riscos.

Ora, é evidente, que entre as razões para que as pessoas se deslocassem a Tomar, a exigir a libertação do José Diogo.

Ora, não há contraditório neste circunstancialismo, pelo que não pode assim haver qualquer julgamento digno desse nome.

Meio magna perspectiva revolucionária, eu entendo que o julgamento dito popular do José Diogo foi um acto objectivamente contra revolucionário, na

independência, dignidade e seriedade.

E, no entanto, não deixo de me interrogar quanto ao significado da entrega, pelo pretório tribunal popular à Assembleia de Delegados do MFA, do veredicto do julgamento efectuado. Será que a Assembleia do MFA vai agora também assumir as funções de tribunal de recurso das decisões dos improvisados tribunais populares, como este que julgou o José Diogo?

N. da R. — A propósito da passagem em que o Dr. Proença de Carvalho faz referência a uma eventual atitude consistia do EXPRESSO, não lhe publicando um requerimento seu acerca do caso José Diogo, esclarecemos que:

1. Nunca recebemos nada directamente do Dr. Proença de

Carvalho, num clima de enorme tensão, incriminada por um determinado partido político e que se deslocaram a Tomar, não para fazer Justiça, mas para exigir, pela força física se necessário, a libertação do José Diogo. Ora, não me parece que estas mesmas pessoas que ali foram exigir essa libertação tenham as características de isenção e imparcialidade que um tribunal deve ter para assim se poder designar. Pois não pode haver tribunal que não seja independente nem imparcial. Este tribunal improvisado em Tomar nem era independente nem era imparcial.

Independente deste aspecto — é não quer se trate de um tribunal judicial, quer se trate de um tribunal com júri, quer se trate de um tribunal popular como o de Tomar — eu acho que para haver um julgamento com o mínimo de seriedade, deve assegurar-se o princípio fundamental do contraditório.

Não há julgamento digno desse nome, se não forem dadas à acusação e à defesa as mesmas possibilidades de apresentarem as suas provas, as suas razões e os seus argumentos.

várias centenas de pessoas presentes para assistir ao julgamento do José Diogo, nenhuma se atreveria a dizer uma palavra em defesa do falecido Dr. Columbano e contrária às palavras de ordem que constituíram o substrato daquele julgamento.

medida em que a reacção que provocou na maioria do Povo português, em que se legitima o assassinato e se julga num circunstancialismo eufórico e triunfalista como aquele que se viveu em Tomar, tudo isso provocou um traumatismo psicológico nas pessoas, que vão reagir contra o processo político que estamos a viver.

Carvalho, mas apenas uma notícia sobre o caso, feita pelo nosso colaborador José António Barreiros e a incluir na secção «Justiça», em que ele referia posições do Dr. Proença de Carvalho.

3. Tal notícia não foi publicada porque se entendia que, visto que o caso José Diogo nunca fora ainda tratado nas páginas do EXPRESSO, não parecia aconselhável, ao abrigo-lhe pela primeira vez, dar-se apenas um lado da questão.

3. Disseu foi informado o nosso colaborador que reconhece as nossas razões, as quais, como supomos ser evidente, obedecem apenas a uma preocupação de isenção jornalística e de informar com a objectividade possível.

4. O caso parece provado pela amostra junta.

Amadeu L. Sabino, J. Augusto Rocha
e Luis Sabino:

«Tribunais populares serão eleitos pelas assembleias populares»

Entrevista conduzida
por Vicente Jorge Silva

EXPRESSO — Justiça burguesa-justiça popular... Pode dizer-se que é a partir do caso José Diogo que, no plano prático, esta controvérsia se manifesta com toda a agudeza, gerando debates múltiplos e apaixonados por vezes. É se conhecemos precisamente por aí, por falar do caso de José Diogo, na perspectiva em vós, advogado de defesa a situar, no seu significado político?

LUIS SABINO — Será de facto necessário evocar, embora em traços muito gerais, os condicionamentos e os factos que, num contexto de luta de classes, levaram José Diogo a ser acusado num tribunal burguês. Ora, se nos

ativermos ao próprio direito penal português em vigor, a personalidade do acusado é um factor decisivo a ser em conta. E, neste caso, há que atender às circunstâncias em que decorreu o facto de que José Diogo é acusado e à personalidade da vítima.

É um facto público e notório na região de Castro Verde a opressão exercida pelo latifundiário e fascista Colúmbano Monteiro sobre os trabalhadores que dele dependiam. Colúmbano é mesmo um exemplo típico da opressão fascista: além de grande proprietário, esteve intimamente ligado ao poder fascista e chegou mesmo a colaborar com a PIDE. Em inquéritos a que procedemos em Castro Verde, extrairmos a conclusão é que foram essas condições de opressão permanente e sistemática que estiveram na origem dos factos de que José Diogo é acusado.

Há exemplos abundantes que legitimam a opressão fascista exercida por Colúmbano sobre os explorados do campo alentejano. Exemplos referidos não só por José Diogo como por outros trabalhadores: desde as agressões praticadas sobre os que não lhe tiravam o chapéu ou não se ajoelhavam em respeito quando ele passava, até à proibição de se servirem da água dos poços das suas propriedades, obrigando-os a levar água de casa para beber, passando por denúncias de trabalhadores à PIDE, ao despedimento discrecionário de trabalhadores — um, por exemplo, foi expulso com a família da casa onde habitava à uma hora da manhã. Quando presidente da Câmara de Castro Verde e por altura da construção de uma estrada na zona, Colúmbano deslocava os trabalhadores para longe das suas residências — mandando-os de Castrol Trabular para Castro Verde e os de

Castro Verde para Castrol.

Frente todos estes factos acumulados ao longo da vida e a explosão inevitável de 1976 e deuses de modo violento, há que a alegada agressão praticada por Zé Diogo, tal como vem largamente referido nos factos, não foi presenciada por ninguém. Apenas uma testemunha que apareceu depois do acidente, refere ter visto Colúmbano nos braços de José Diogo. Mas, facto curioso, e a quem declaradamente refere que depois da separação, Colúmbano lhe está contado, de modo muito peculiar e bizarro, a forma como José Diogo lhe teria vibrado vários factos segundo pretende a acusação. O que parece surpreendente é, em parte de uma pessoa que se diz ter sido testemunha do acidente. Ora, a acusação baseia-se precisamente neste contexto de circunstâncias difíceis para apresentar o acto de José Diogo como homicídio voluntário.

José Diogo e família Espírito Santo

JOSÉ AUGUSTO ROCHA — Antes de referir o caso do julgamento ou não julgamento de José Diogo em Tomar, na sequência das linhas gerais expostas pelo meu colega, quero precizar que o facto de defender José Diogo está relacionado de modo consequente com o meu próprio passado anti-fascista como advogado, quando defendi nos tribunais penitenciários os que foram vítimas da perseguição, da opressão e das torturas exercidas pelos agentes do fascismo. Defendendo José Diogo, penso prolongar esse combate.

Em Tomar, o caso José Diogo termina com três factos extremamente significativos: primeiro, a não existência de julgamento — que foi adiado; segundo, a não-comparência do advogado de acusação particular; terceiro, o julgamento popular.

O julgamento foi adiado devido à ausência de José Diogo. Por outro lado, a ausência do advogado de acusação provocou alguma perturbação na própria audiência do julgamento, quando a defesa se encontrava preparada para o julgamento.

Mais tarde, vimos a saber que o advogado de acusação tinha nesta altura outra missão — prioritária, segundo se depreende — a cumprir. A missão de patrocinar a defesa dos banqueiros Espírito Santo na Polícia Judiciária, porque no mesmo dia em que José Diogo era julgado em Tomar os banqueiros Espírito Santo, poucas horas depois, eram libertados em Lisboa. O mesmo advogado que acusava particularmente José Diogo defendia em Lisboa a família Espírito Santo. Advogado que, aliás, em tempo, esteve também ligado à

defesa de António Champalimaud.

Enquanto a defesa de José Diogo era obrigada a depositar uma caução de 50 contos no tribunal e para isso teve de esperar quatro horas para que o dinheiro chegasse de Lisboa, subscrito pela população a defesa da família Espírito Santo depositava calmamente 200 contos para obter a sua libertação. Talvez isso seja uma explicação, que não acontece doerco por mero acaso, para a ausência do advogado de acusação particular de José Diogo no tribunal de Tomar.

EXPRESSO — Mas a que se deve a ausência de José Diogo em Tomar?

JOSÉ AUGUSTO ROCHA — José Diogo, segundo vimos a saber depois, fora transferido de Beja para Leiria e, ao que parece, foram certos boatos de que haveria barragens na estrada, de que se teria criado um clima de excitação à volta do caso, incentivado por elementos reaccionários, as circunstâncias que teriam levado os serviços penitenciários a não apresentar José Diogo na audiência do julgamento.

Quero sublinhar, porém, que contrariamente a estes boatos postos a correr, uma das lições mais positivas que extraímos do caso em Tomar foi precisamente a de que é impossível virar o povo contra o povo, não obstante a histeria de toda uma campanha contra José Diogo. Em Tomar, o povo da região de forma nenhuma hostilizou José Diogo ou a sua defesa.

AMADEU LOPES SABINO — Pelo contrário, havia gente de Tomar apoiando a luta pela libertação de José Diogo. Houve inclusivamente elementos de comissões de trabalhadores de

Tomar que vieram integrar o júri do tribunal popular que libertou José Diogo.

JOSÉ AUGUSTO ROCHA — Quero lembrar, por outro lado, que o advogado de acusação tem todo uma acção neste processo — e a sua ausência em Tomar é significativo — dirigida ao sentido de fazer ver que os mecanismos de justiça não funcionam, que se discutia num verdadeiro caos, que a justiça caiu praticamente na rua... Ora, quando a acusação perfilha este ponto de vista está directamente a colocar o problema da existência de dois tipos de justiça: a justiça burguesa e a justiça popular...

EXPRESSO — Na vossa perspectiva, o que é justiça burguesa e o que é justiça popular?

AMADEU LOPES SABINO — Nós temos tentado fazer do processo de José Diogo um elemento da luta contra o direito burguês, e da luta anti-fascista, na medida em que o tipo de opressão praticado por Columbano em Vastro Versé e que conduziu José Diogo ao acto de que vem acusado é um tipo de opressão característica do fascismo no Alentejo.

«Luta contra o direito

EXPRESSO — Há aí uma questão delicada: uma vez que a opressão fascista se exerceu a todos os níveis de sociedade e através de numerosas agências, o acto de que José Diogo é acusado, se repetido por muitos outros trabalhadores que sofreram uma opressão semelhante, não poderia criar, algumas vezes, um clima propício à legislação da «rendetta», da justiça praticada directamente pelos oprimidos? Isso não seria, como certos sectores de opinião rezeclha, uma porta aberta a furtos de justiça que nada têm que ver com a justiça popular?

AMADEU LOPES SABINO — Nós vivemos numa sociedade em que o Estado tem determinadas funções, estejam elas ao serviço de uma classe ou da outra. O homicídio, se é que ele existiu neste caso, não é próprio daquilo a que se chama sociedades civilizadas. Mas o que não se pode escamotear são as circunstâncias concretas de cada caso. Ora no caso de José Diogo assistimos a uma expressão típica de auto-defesa individual face à opressão fascista. É esta auto-defesa que nós consideramos justa. Fe-

rante a violação da liberdade houve uma atitude violada dum proletário. Nós dizemos a violação popular deve assumir formas colectivas. Mas compreendemos a atitude de José Diogo. Por isso o defendemos.

JOSÉ AUGUSTO ROCHA — E foi isso precisamente que reconduziu a sentença do tribunal popular. A propósito do episódio suscitado as circunstâncias em que o julgamento popular ocorreu. Ou seja: dado o ponto de ruptura a que chegou o processo, dado o facto de a justiça burguesa ser totalmente incapaz de julgar o caso de José Diogo, dado que José Diogo provavelmente indefinidamente se privou da burguesia, onde a «rendetta» há quase um ano e pouco presente reagiu em circunstâncias excepcionais.

LUÍS SABINO — Aquelles que não podem de modo nenhum ser imputáveis a José Diogo ou à defesa os necessários adiamentos do processo, não são a determinados interesses políticos, que acabaram por colocar, a título excepcional, o caso em Tomar.

AMADEU LOPES SABINO — O processo adquiriu a partir de determinada altura caracte-

Continua c. 6 p. 16

Excepção nº 17

ísticas verdadeiramente excepcionais, devido a sucessivos adiamentos praticados pelo Supremo Tribunal de Justiça. O tribunal que julgava José Diego pretendia-se que fosse um tribunal de excepção. Pretendia-se castigar exemplarmente José Diego, pretendia-se reprimir exemplarmente um acto de auto-defesa de um trabalhador contra um explorador e contra um opressor fascista. Nessa medida, as massas populares, os trabalhadores e as organizações presentes em Tomar — entre os quais se destacavam trabalhadores da região onde os factos se passaram — decidiram responder ao tribunal de excepção da burguesia com o tribunal popular de excepção. Os considerandos do acordo do tribunal popular chamam precisamente a atenção para este facto. A nossa opinião de advogados coincide precisamente com a opinião expressa pelo juri do tribunal popular.

EXPRESSO — Vostê falava

de tribunal popular de excepção mas como deverá ser então constituído um tribunal popular não de excepção?

AMADEU LOPEZ SABINO — O tribunal popular deverá ser constituído por uma reunião das assembleias populares. Num estado democrático popular, e poder legislativo, o poder judicial, o poder executivo residem em última instância nessas assembleias. Os tribunais populares deverão ser criados por uma maneira retroactiva porque nós e a seus membros não o sabemos, igualmente por eles, ser demitidos. Nessa medida, o tribunal competente neste caso seria o dependente da assembleia popular de Castro Verde, onde os factos se passaram. Esperamos que a assembleia popular de Castro Verde possa vir a reunir em breve e que ela ratifique, directamente ou através de um juri popular por ela eleito, a decisão do tribunal popular de Tomar sobre a libertação de José Diego.

Tribunais populares

EXPRESSO — A institucionalização do poder popular foi consagrada recentemente pela assembleia do MFA. De qualquer modo, o Estado em que vivemos não é ainda um Estado popular. Daí que se possa levantar a questão, atendendo ao grande atraso organizativo nesse processo, sobre a legitimidade de, até ao fim do mês de Maio deste ano, não se terem realizado eleições para o Conselho Nacional. Quer a quem o senhor

AMADEU LOPEZ SABINO — Nós vivemos numa sociedade em que se iniciou uma revolução democrática e popular mas onde o povo — o proletariado e seus aliados — não conquistou ainda o poder. Nestes condições, uma vez que vivemos ainda num Estado burguês, não se pode justificar a não realização do povo. A AEPFA (Associação de Es-

trados Políticos Anti-Fascistas) tem publicado há dias uma declaração onde foca esta questão: precisamente a questão do poder. Lido as principais passagens: «A medida que a luta avança contra o fascismo, avança com ela uma justa palavra de ordem: contra a justiça burguesa, justiça popular. Os verdadeiros anti-fascistas portugueses, aqueles que não despiram a casaca do anti-fascismo no dia 25 de Abril de 1974 (como se a luta contra o fascismo tivesse terminado nesse dia), todos aqueles que pretendem levar a luta contra o fascismo até às suas últimas consequências, todos aqueles que pretendem que essa luta não seja travada em Portugal em 1975, como o foi em 45 na França, na Itália e na Alemanha, sabem hoje que só há uma maneira de sanar o Estado burguês herdado do fascismo: acabar com ele, substituí-lo por um Estado ao serviço do povo, um Estado que o povo dirija. No período de revolução popular, como aquele

em que nos encontramos, as forças populares colocam a questão do poder, partem à conquista do Estado e os seus órgãos de auto-defesa, as assembleias populares, as comissões de trabalhadores, de moradores, de bairro, de aldeia, de delegados das unidades militares, tendem assim a transformar-se em embriões do futuro Estado popular. Transitório, é um período de luta aguda entre o povo e os seus inimigos como aquele em que nos encontramos, verificam-se situações de duplo poder: de um lado o poder ferido de morte da burguesia, do outro o poder popular nascente. Falar em poder popular e, consequentemente, em justiça popular, numa situação histórica não revolucionária é um logro, um equívoco e, talvez, uma traição. Não o fazer em Portugal, hoje, é não compreender que a bandeira da luta contra o fascismo e pela democracia passou das mãos da burguesia para as mãos das massas populares e que entramos numa fase decisiva do

confronto entre opressores e oprimidos.»

Posto isto, a situação transitória em que nos encontramos (transitória porque a questão do poder está posta mas não resolvida e porque há uma luta aguda no sentido de ela se resolver) permite que o povo possa aplicar já, parcialmente, sectorialmente, a sua vontade. O povo prepara-se para conquistar o poder. Em contrapartida, falar de órgãos de poder popular numa situação como a francesa, a italiana ou a alemã é incorrecto hoje. Falar deles numa situação como a portuguesa de há três anos, seria também incorrecto. Porque tanto num caso como noutro estar-se-ia a mistificar a natureza do poder do Estado. Neste momento, em Portugal, assiste-se, pelo contrário, a um confronto decisivo entre o poder da burguesia e o poder popular. A luta pelos tribunais populares faz parte da luta pela tomada do poder pelo proletariado e pelos seus aliados.

«As caricaturas»

JOSÉ AUGUSTO ROCHA —
É perigoso fazer si uma distinção importante para evitar confusões perigosas. Justiça popular, entendida através de tribunais populares nos termos que aqui foram já referidos, nada têm que ver com qualquer tipo de «vendetas», de casta ao cidadão, com a chamada justiça praticada pelas

«pólicas milícias». A justiça popular é «uma justiça do povo» exercida publicamente.

É esse sentido que existe no perigo muito real neste momento em Portugal que é o significado de um julgamento por um tribunal popular poder vir a ser desvirtuado por reacções de julgamentos populares que não correspondem a nada. Dal a necessidade de chamar a atenção para esses perigos.

EXFRESSO — E por exemplo desse caricatures poderio ser dado?

JOSÉ AUGUSTO ROCHA —
De não posto ainda apresentar exemplos concretos. Mas adverte-se que a existência de justiça popular, de distinção do significado político do tribunal popular de tomar, é não por extremamente prejudicial mas e evasão das conquistas populares, a não satisfazer no estado do momento

de situação Povo-MFA onde foi consagrada a institucionalização dos tribunais populares. Ora, quando esse documento se refere aos tribunais populares não se refere evidentemente a casos particulares de justiça, porque, além do perigo de se misturar uma justiça de «vendetas», numa justiça popular, numa justiça localizada que acaba por desvirtuar completamente o significado da justiça popular.

•Uma nova ordem judiciária

AMADEU LOPES SABINO

— O conceito de justiça popular que foi adiantado a propósito do caso José Diogo, aponta para uma nova ordem social, económica, política, jurídica. O que so será possível eguier em definitivo depois da tomada do poder pelo proletariado e seus aliados. No caso concreto da justiça, essa altura será finalmente possível também organizar uma nova ordem judiciária, fundada no poder popular e não no poder da burguesia.

Essa nova ordem judiciária e jurídica passa por uma completa revisão não apenas das estruturas de tribunal mas do próprio conceito de tribunal (entendido ainda como uma instância pairando acima das classes sociais), integrando-o na sua verdadeira dimensão de órgão

do poder da classe dominante. É isso que passa também por uma completa revisão de toda a legislação existente e das características económicas que rodeia o acto de justiça. Passa pela justiça gratuita, que esteja ao alcance de todas as classes trabalhadoras. Passa ainda pela transformação da justiça, do emaranhado de subterfúgios que é, numa justiça clara, concisa, que toda a gente entenda. Passa pela abolição da advocacia privada, isto é, passa por uma advocacia nacionalizada, entendida como serviço público, tal como neste momento acaba de ser instituída em Moçambique. Passa pelo desmantelamento da Ordem dos Advogados, que é hoje em Portugal um dos principais baluartes da reacção. Passa por uma nova relação entre o povo e os tribunais, de modo a que o povo possa ter acesso directo ao acto de julgar e de executar as decisões judiciais.

Advocacia: que futuro?

EXPRESSO — Isso coloca a questão do papel do advogado numa nova sociedade...

JOSÉ AUGUSTO ROCHA — Devo dizer que a reacção da maior parte dos advogados que conheço ao julgamento popular de Tomar é francamente negativa. Nem seria de esperar outra coisa, quando se sabe que antes do 25 de Abril, entre os três mil advogados que existiam em Portugal só quarenta e dois advogavam nos tribunais plénarios. Portanto, a advocacia, de uma maneira geral estava enfeudada aos grandes interesses da burguesia e só marginalmente defendia casos referentes às classes médias, à pequena burguesia ou aos trabalhadores.

Quanto ao papel dos advogados numa nova sociedade, esse problema é também extensivo ao papel dos magistrados. Embora a questão dos tribunais populares seja um problema a discutir ainda, a colocar às massas populares para que elas se pronunciem sobre o caminho a seguir, penso que os tribunais populares certamente não dispensarão determinados assessores técnicos. Face à questão de saber se a magistratura e os advogados seriam uma classe a sanear completamente eu entendo que não. Há magistrados e advogados democratas e progressistas que terão um papel importante a desempenhar numa nova sociedade.

AMADEU LOPES SABINO — Numa sociedade em que o proletariado conquista o poder é a política e não o direito que está no posto de comando. Nestas condições o direito entra num processo de morte progressiva. O poder do proprietário e dos seus aliados não se escamoteia, como o faz o poder da burguesia, atrás da máscara pseudo-impávida, pseudo-imparcial do direito. Assume-se enquanto poder político, enquanto decisão política. Mas uma vez que o Estado continua a existir, e na medida em que subsistem classes sociais — e elas subsistirão durante todo o período de transição — o direito continua a

ter um papel importante a desempenhar. Mas o direito entendido, já não como a menina dos olhos da instância política, mas como um acessório, um ponto de apoio do poder político no processo de transformações sociais rumo ao socialismo. Nessa medida, os advogados e os magistrados continuam a preencher funções necessárias.

EXPRESSO — Entretanto, há quem defenda que a eleição de jurís para os tribunais existentes lhes confere, desde logo, a condição de autênticos tribunais populares...

AMADEU LOPES SABINO — Na minha opinião, a questão do júri é uma das últimas manobras da burguesia no sentido de salvar a sua justiça. É preciso recordar que essa instituição já existiu em Portugal durante o regime democrático burguês. Existe, por outro lado, em todo o chamado Ocidente. Mas com júri ou sem júri, o tribunal burguês é sempre um tribunal burguês. O poder político da burguesia, o Estado burguês, só pode instituir tribunais burgueses — com júri ou sem júri. Um projecto de decreto-lei do Ministério da Justiça prevê que essa instituição venha a ser restaurada em Portugal. E em que termos? Trata-se de eleger, por sufrágio secreto, meia dúzia de senhores que, em questões criminais apenas, se pronunciarão sobre a matéria de facto, sobre os factos, deixando depois ao tribunal o encargo de aplicar a lei. Bom, um dos pretextos do advogado da acusação particular para adiar o julgamento de José Diogo em Maio passado, foi requerer que o processo fosse adiado até ser criada a instituição do júri. E isto levou-o a dizer há dias que propusera para o caso José Diogo um tribunal popular!

LUIS SABINO — Nós queremos que fique bem expresso o seguinte: o júri, reforma do tribunal burguês, não pode ser confundido com o tribunal popular. O júri tenta injectar legitimidade em algo que já não tem nenhuma (pelo menos para julgar casos que às camadas populares digam directamente respeito) — a justiça burguesa.